



EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

MASSAS

ÓRGÃO BISSEMANAL DO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO
MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL
ANO 29 - Nº 538 - DE 19 DE MARÇO A 2 DE ABRIL DE 2017 - R\$ 4,00

GREVE GERAL **para derrotar as reformas** **da previdência e trabalhista**



15 de março mostrou o caminho

LISTA DE JANOT

Tribunal Popular para apurar **e punir os crimes da burguesia,** **de seus partidos e governos**

Manifestações indicam caminho da luta

E agora? O que fazer depois dos protestos do dia 15? Essa pergunta certamente ficou entre os manifestantes. É preciso convocar as assembleias nos sindicatos e movimentos populares para pôr em pé uma poderosa frente de combate ao governo golpista e às reformas antinacional e antipopular. Todas as forças devem se concentrar em uma frente única de combate ao governo golpista e em defesa das reivindicações que de fato defendem a vida dos explorados.

As falhas, distorções e desvios políticos devem ser apontados, avaliados e corrigidos. Certamente, não se deve deixar de lado o que foi de mais positivo. Em geral, as paralisações parciais, as manifestações e bloqueios de ruas e rodovia foram o forte do Dia Nacional de Luta. As camadas mobilizadas ergueram uma primeira barricada contra as reformas da previdência e trabalhista. Diferentemente da resistência estudantil com as ocupações de escolas à reforma do ensino médio, desta vez o movimento trouxe às ruas operários, trabalhadores de classe média, sem-teto, camponeses sem-terra e estudantes.

A paralisação de metrô e ônibus, mesmo que não total, mostrou à população desmobilizada que havia luta, que as reformas da previdência e trabalhista não serão aprovadas sob o silêncio dos cemitérios. A imprensa monopolista, autoritária, reacionária, procurou desmerecer a paralisação e jogar individualmente com aqueles que se viram indo ao trabalho no dia Nacional de Luta. Sonogou as imagens das grandes manifestações e procurou dar a ideia de que se tratava de um movimento de minoria. Perguntavam se seriam prejudicados com a greve do metrô e ônibus, mas ocultavam o motivo das manifestações.

Os institutos de pesquisa são pródigos em usá-la para fins da política burguesa. Mas não tiveram nenhum interesse em perguntar à população se aceitam o teto de 65 anos para o trabalhador se aposentar. Não se dispuseram a perguntar se as mulheres aceitam ser igualadas aos homens. Não tiveram a coragem de perguntar se é aceitável deixar os militares de fora da reforma. Se o governo e o Congresso Nacional fizessem uma consulta popular, receberiam um grande NÃO!

As manifestações do dia 15 expressaram incontestavelmente o sentimento dos assalariados e de todos que labutam a vida inteira para chegar na velhice estropiados e empobrecidos. É essa grande maioria que enfrenta as intermináveis filas do SUS, que padece da falta de médico, de enfermeiro e de remédio. É essa grande maioria que passa o tempo sobressaltada com o que está acontecendo com seus filhos. É essa grande maioria que constantemente é atropelada pelas demissões. É essa grande maioria que padece dos baixos salários e do subemprego. O Dia Nacional de Luta representou essa maioria contra a minoria burguesa. Minoria que não precisa de aposentadoria porque está protegida pela riqueza, pelas propriedades, pelo capital. Ou então aquela minoria da

classe média alta que tem recursos para pagar a aposentadoria privada. O Dia Nacional de Luta se levantou contra essa minoria e contra o governo dessa minoria.

O dia 15, apesar de expressar as necessidades e o descontentamento da maioria contra o governo golpista de Temer, não foi suficiente para quebrar a espinha dorsal das reformas antinacional e antipopular. A classe operária ainda não foi devidamente organizada pelos sindicatos. A burocracia sindical teme uma revolta geral que se choque abertamente com o governo, o Congresso, o Judiciário e o aparato policial da burguesia. Não tem em mente a derrubada revolucionária da política e dos planos ditatoriais do governo golpista. Quer apenas ser ouvida pelo governo e parlamentares. Quer “melhorar” o projeto da reforma. E o PT especialmente quer se potencializar como oposição burguesa. Quer que o caudilho Lula volte a brilhar nas eleições. Esse foi o lado negativo do dia 15. Apesar de toda essa deformação política e do uso oportunista do descontentamento das massas com o governo golpista, o Dia Nacional de Luta marcou o ponto de partida do combate.

O capitalismo se encontra em decomposição. A burguesia e seu governo não têm outra saída senão sacrificar ainda mais os explorados. É completamente absurda a gigantesca dívida pública. É criminoso o quanto o Tesouro Nacional paga de juros aos banqueiros. No entanto, por mais absurdo e criminoso, as reformas da previdência e trabalhista estão em curso precisamente para sustentar o parasitismo financeiro.

Os explorados ainda não se deram conta de que terão de trabalhar mais, por mais tempo e por salários cada vez mais archoados para que uma parte maior de sua produção vá para o pagamento da dívida pública. Previdência, direitos trabalhistas, saúde, educação e moradia popular estão na dependência dos juros da dívida. Está aí por que é preciso levantar a bandeira conjunta: Não pagamento da dívida pública! Abaixo as reformas da previdência, trabalhista e do ensino médio! Essa bandeira deve expressar o programa proletário de estatização do sistema financeiro, sem indenização e sob o controle dos trabalhadores.

Não vamos ficar estancados no dia 15. Vamos exigir dos sindicatos, centrais e movimentos que preparem a greve geral por tempo indeterminado. Formemos comitês de preparação da greve geral nos sindicatos, nos bairros, nos bancos, nas escolas e onde mais estejam os assalariados, os pobres e os oprimidos. Coloquemos em discussão a tarefa de derrubar o governo golpista pela mobilização, pela greve e pelo levante popular. Recusemos a demagogia eleitoral! Rejeitemos a mentira de que a única saída é a volta do PT ao poder pelas eleições! Coloquemos claramente que a classe operária pode e deve lutar sob sua estratégia de poder, que se sintetiza no programa da revolução proletária e na bandeira do governo operário e camponês.

**Milite no POR, um partido de quadros, marxista-leninista-trotskista. Discuta nosso programa.
CAIXA POSTAL Nº 630 - CEP 01059-970 - SÃO PAULO – www.pormassas.org**

Dia Nacional de Paralisações – trabalhadores e a juventude dizem não ao governo golpista e às reformas antinacional e antipopular

Mais de 1 milhão de trabalhadores saíram às ruas nesse dia 15 de março, em todo o País. Os atos foram convocados pelas centrais, sindicatos e movimentos populares. Os professores e funcionários de escolas acataram a decisão do Congresso da CNTE e realizaram a greve nacional da educação, em vários estados. Pernambuco, Rio Grande do Sul, municipais de São Paulo, a exemplo, aprovaram a continuidade da greve. Servidores públicos de outras áreas também aderiram à paralisação. Trabalhadores das universidades e estudantes engrossaram os protestos de rua. O “Dia Nacional de Paralisações”, assim convocado pelas centrais, contou com greves de 24 horas dos metroviários e com paralisações e atrasos na entrada em várias fábricas nas grandes capitais e com a greve dos condutores dos transportes coletivos, por algumas horas em alguns estados. Portuários, petroleiros e bancários também realizaram manifestações, principalmente no Rio de Janeiro. Como parte dos protestos, houve ocupações de órgãos governamentais, como o INSS, e bloqueios de rodovias, a exemplo da Dutra, tanto na região de São José de Campos, como de Guarulhos, que ficou trancada por quase toda a manhã. Os camponeses e os sem-teto, sob a direção do MST, MTST e outros movimentos, também ocuparam repartições públicas e ganharam as ruas.

Essa foi a demonstração de que a classe operária, camponeses, juventude e explorados em geral estão dispostos a enfrentar a reforma da previdência do governo golpista de Temer. Diferentemente de meses atrás, não houve nenhuma parcela da classe média (que apoiou o golpe) que se opusesse aos protestos, apesar da enorme campanha da imprensa monopolista em defesa da reforma da previdência. Mostrou, também, que são as direções sindicais que vêm retardando o levante dos oprimidos. O descontentamento com as reformas é generalizado. Cresce o rechaço ao governo Temer, visto pelas massas como um governo corrupto que veio para retirar direitos.

Gigantesca manifestação ocupa a Av. Paulista

As manifestações de São Paulo contra a reforma da previdência estavam sob as bandeiras do “Fora Temer” e “Não às reformas que destroem direitos”. As correntes compareceram unidas em torno do “Fora Temer”, uma bandeira eleitoral. O PSTU com o “Fora todos eles” e “Fora todos os corruptos”. Agrupamentos do PSOL, “Fora Temer e eleições gerais”. O PCO estampou a bandeira contra o golpe, contra o impeachment e pela volta de Dilma Rousseff. Os petistas, na sua maioria, carregavam as faixas do “Fora Temer”. Alguns usaram essa bandeira acompanhada de “Lula 2018”. Outros, traziam o adesivo de “Não à prisão de Lula”. Alguns setores de esquerda carregavam os bumbos e chocalhos e procuravam desviar a atenção do protesto para as marchas carnavalescas. O POR interveio com o manifesto, nas assembleias de professores, nas atividades da USP e no ato da Paulista. Esteve presente na concentração dos condutores de uma das regiões da capital e acompanhou as desculpas da burocracia do sindicato diante dos operários da Volks, que os reuniu para justificar a não manifestação no ABC em função da greve dos condutores e dos ônibus fretados. Na verdade, os burocratas não organizaram

nada, privilegiando a farsa das eleições sindicais indiretas, que ocorriam bem no momento.

Os militantes do POR atuaram com o manifesto que tinha como essência: *“A classe operária, os demais explorados e a juventude oprimida estão com os olhos e ouvidos abertos às bandeiras de Abaixo as reformas antinacional e antipopular de Temer e para o chamado à greve geral. Trata-se de romper o dique da burocracia que não quer uma greve geral, que inevitavelmente se chocará como o governo e a frente parlamentar golpista que controla o Congresso Nacional. O POR considera necessário levar ao proletariado a bandeira de Abaixo o governo golpista! Por um governo operário e camponês! É visível que a derrota das reformas depende de a maioria explorada enfrentar o poder dos monopólios, das multinacionais e do capital financeiro. No coração da crise e das reformas está a gigantesca dívida pública, que provoca a sangria do Tesouro Nacional. É imprescindível lutar sob a bandeira de Não pagamento da dívida pública!”*

Discurso de Lula

Quando as manifestações chegaram na Av. Paulista, já não havia a Força Sindical e seus aliados. Estavam no carro de som a CUT, Intersindical, Conlutas, MTST, MST, outros movimentos populares. Contou com a Frente Popular e Brasil Sem Medo. PCO teve a palavra facultada pela burocracia para defender o retorno de Dilma e não prisão de Lula. Todos discursaram contra a reforma, levantaram a bandeira de “nenhum direito a menos” e entre um orador e outro procuravam sacudir os participantes com o “Fora Temer”. As falas dos oradores, da burocracia à esquerda eleitoral, serviram para entregar a tribuna ao caudilho Lula, que era anunciado a todo momento.

Lula, portando luto e apresentado com muita festa e rojões, concentrou seu pronunciamento em quatro pontos: a) que o golpe não foi apenas contra Dilma, foi para colocar “um cidadão sem nenhuma legitimidade para acabar com as conquistas da classe trabalhadora”. E que, embora o governo Temer seja fraco, conseguiu criar uma força política no congresso para aprovar as reformas; b) Meirelles e Temer têm de fazer a economia crescer e não fazer reformas para impedir a aposentadoria de milhões. Nesse ponto, apresentou dados do governo do PT de crescimento da economia e de superávit da previdência; c) falou dos retrocessos políticos do Brasil após o impeachment. Isso para propagandear os êxitos do PT junto aos Estados Unidos, China, países da África e América Latina. E para dizer que o país que “era respeitado no exterior e hoje temos um presidente que não tem coragem de ir nem à Bolívia”; d) Concluiu defendendo a volta do PT ao poder, dizendo “quem pensa que o povo está contente, está enganado; esse povo só vai parar quando eleger um governo democraticamente”.

Ficou claríssimo que a burocracia sindical e a esquerda servil que teve acesso à tribuna prepararam a finalização da manifestação como um ato de lançamento da candidatura de Lula. Fato esse que indicou a utilização oportunista do descontentamento dos explorados com o governo golpista e suas reformas.

Assembleia dos municipais

A assembleia dos municipais aconteceu no viaduto do Chá e

contou com cerca de 30 mil trabalhadores. A burocracia do sindicato apresentou o mesmo calendário que havia apontado no dia 8 de março. Ou seja, começar a greve no dia 15 e reavaliar no dia 21, com nova assembleia. A proposta foi aprovada praticamente por unanimidade. A Corrente Proletária/POR interveio defendendo uma greve ativa, com comandos unificados e manifestações de rua. Colocou-se pela constituição da frente única sindical para combater a reforma da previdência, defender os empregos e os salários. Mostrou que as reformas só serão derrotadas com a unidade dos explorados, principalmente com a presença da classe operária nas ruas e com as greves fabris. Propôs também que se lançasse um novo chamado às centrais para que se levantasse novamente, a exemplo do que houve no dia 15, objetivando a organização da greve geral.

Após a assembleia, os municipais realizaram uma longa passeata para se juntar aos demais trabalhadores que se concentravam na Av. Paulista.

Assembleia dos professores estaduais

A maioria das escolas paralisou. A assembleia reuniu mais de 30 mil professores de todo o estado, em frente à Secretaria da Educação. Duas propostas foram apresentadas:

- 1) defendida pela burocracia e pela maioria das correntes de esquerda (MAIS, boa parte do PSOL, PCB e outras), que propunha a suspensão da greve iniciada no dia 15. E início da greve no dia 28 de março com nova assembleia para 31 de março. O argumento era de que havia a possibilidade do Congresso Nacional adiar a votação da reforma da previdência e, assim, a greve teria de ser longa. Era melhor guardar as energias para o momento da votação. Toda proposta estava impregnada da pressão parlamentar. Para isso, propunham a visita aos deputados, as suas casas e comparecimento nos aeroportos. E a ameaça de colocar o nome dos deputados na lista dos inimigos para as próximas eleições;
- 2) defendida pelo POR, PSTU e dois agrupamentos do PSOL. Propunham a continuidade da greve e a unidade com os municipais, que aprovaram a greve por tempo indeterminado, com assembleia no dia 21. O POR denunciou a submissão do movimento dos professores ao calendário de votação do Congresso Nacional. Rejeitou a farsa da “caça aos parlamentares”. Mostrou a importância da greve unificada dos municipais e estaduais como alavanca para outros movimentos grevistas. E ressaltou que a derrota das reformas antipopulares e antinacionais do governo golpista virá da ação direta e não pelos lobbies parlamentares.

Apesar de massiva a assembleia, não havia uma radicalização dos professores. Assim, votaram na proposta da burocracia de adiar a greve. É bem provável que prevaleceu o receio de fazer uma greve longa (a exemplo dos 92 dias da greve passada) e a ilusão de que os deputados possam brevar a reforma de Temer, bastando a pressão dos trabalhadores.

Após a assembleia, os milhares de professores seguiram em direção a Av. Paulista.

Burocracia do sindicato dos bancários de São Paulo não realizou assembleia

Como não houve assembleia para organizar a paralisação dos bancos, a direção indicou como deveria ser a participação da base.

Assim, na véspera da paralisação, representantes do Sindicato compareceram ao SAC. Uma pequena parcela da base pressionou os representantes do sindicato, que, em resposta, disse que faria uma reunião na manhã do dia 15 para definir a paralisação. Mas nada ocorreu. Uma faixa foi colocada em frente ao prédio. O sindicato promoveu um tranço em um prédio próximo. Não entrou ninguém no local, onde funciona o setor de valores e a Central de Atendimento. A paralisação durou até às 15 horas. No SAC, a informação é a de que apenas uma funcionária do setor de tratamento parou, de um total de cerca de 200. No receptivo, consta que pararam quatro, num total de cem. Alguns bancários demonstraram vontade de aderir, em conversa nos corredores, mas não sentiram confiança na direção. Pesam sobre os trabalhadores dos bancos as demissões, o fechamento de agências e a superexploração do trabalho. Daí a importância da convocação da assembleia para que coletivamente se aprovasse a paralisação no dia 15.

Funcionários de escola pararam, mas a burocracia não organizou o protesto

A diretoria da Afuse acatou a decisão do Congresso da CNTE de greve nacional da educação. Mas se negou a convocar uma assembleia. Reuniu o Conselho Estadual para comunicar a greve. Mesmo assim, os funcionários mostraram disposição de luta, contrariando a direção que avisou que os representantes de escola decidiram pela não continuidade da greve e apenas a participação no ato da Av. Paulista. Com essa conduta, os funcionários compareceram dispersos. Está aí o papel de uma direção burocrática e imobilista. Cabe à vanguarda que parou e que tem disposição de luta organizar os comandos por escola para exigir do sindicato a assembleia e a greve juntamente com os professores.

Na USP

No dia 15, houve paralisação dos três setores da universidade, aprovada em assembleias. Mas a paralisação foi parcial. Não houve bloqueios dos prédios para garantir a resolução da assembleia. Pela manhã, foi realizado um trancamento do Portão 1 (entrada principal da universidade), que iniciou às 6h e durou até as 10h da manhã. Contou com 200 manifestantes (estudantes e funcionários). Os docentes não estiveram presentes. Na prática, o portão não foi oficialmente trancado a cadeado, como das vezes anteriores. Foi obstruída a passagem pelo piquete.

Na parte da tarde, houve concentração estudantil às 14h na Praça dos Ciclistas. O objetivo era organizar os estudantes para caminhar até o MASP.

O POR apresentou em assembleia geral estudantil (09/03) a proposta de greve, com início no dia 15/03. Os argumentos foram 1) responder a dura repressão policial contra a manifestação do dia do Conselho Universitário (07/03); 2) responder a aprovação do Teto de Gastos aprovado no Conselho Universitário; 3) unificar com os professores na greve nacional da educação; Mas, a proposta não foi aprovada. PSOL, PSTU, MAIS, PT, PCB, MRT e MNN se embocaram contra.

Antes do bloqueio do Portão 1, o SINTUSP foi notificado de uma liminar contra a obstrução ao acesso à universidade, sob pena de multa de R\$10 mil a R\$1 milhão.

O POR participou do tranço, distribuiu o manifesto e defendeu a organização da greve geral.

Fortaleza

20 mil nas ruas contra a reforma da previdência

O massivo ato do dia 15 de março em Fortaleza unificou quase todas as centrais, sindicatos e movimentos sociais na Praça da Bandeira, em manifestação que percorreu as ruas do centro e se encerrou na Praça do Ferreira. A única exceção foi a vendida Força Sindical, apoiadora de Temer, que fez ato em separado e esvaziado na Praça Portugal, simulando oposição à reforma da previdência.



A manifestação em Fortaleza reuniu diversos setores, como professores, estudantes, funcionalismo, bancários, trabalhadores da saúde, comunidades de bairros diversos e um setor proletariado. Os metalúrgicos estiveram presentes assim como uma parcela dos trabalhadores dos correios. Os motoristas paralisaram o terminal do Papicu e trancaram a avenida Imperador, secando pneus de mais de 30 ônibus. O comércio no centro fechou as portas durante a imponente manifestação que reuniu cerca de 20 mil pessoas.

A manifestação do dia 15 foi dirigida em maior grau pela CUT e Frente Brasil Popular (FBP) e esteve organizada sob a bandeira do “Fora Temer”. A Frente Povo Sem Medo, Conlutas e Intersindical, que haviam planejado, a princípio, um ato em separado, decidiram por unificar-se à FBP formando um bloco próprio na manifestação. Colocaram-se, porém, sob a linha do “Fora Temer”, que expressa uma saída eleitoral para a crise política. O P.O.R esteve presente na massiva manifestação com um bloco próprio, com apoiadores e contatos, onde desenvolveu sua linha

Pernambuco

Greves, marchas, bloqueios de estrada e passeata marcaram a adesão à greve

O dia nacional de paralisações se iniciou com bloqueios na BR 101, em Recife e Cabo de Santo Agostinho. Metroviários, bancários, previdenciários e algumas instituições de ensino pararam. Nos portos de Suape e Recife, estivadores trabalharam parcialmente.

O ato de rua, na capital, teve dois pontos de concentração inicial, chegando a 40 mil pessoas, segundo os organizadores. Na praça Oswaldo Cruz aconteceu a assembleia unificada da educação. Estavam presentes: o Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Estado de Pernambuco (Sintepe), Sindicato dos Professores da Rede Privada (Sinpro), Sindicato dos Professores do Recife (Simpere), Sindicato dos Trabalhadores em Educação de Jaboatão dos Guararapes (Sinproja), Sindicato dos Professores do Cabo de Santo Agostinho (SINPC), Sindicato dos Professores em Educação do Moreno (Sinpremo) e Sindicato de Professores da Rede Municipal de Olinda (Sinpmol). Por terem realizado assembleias anteriores, representantes destas entidades fizeram falas e aprovaram em conjunto a greve geral da educação contra a reforma da previdência e em defesa do piso nacional.

A direção da Adufepe (PCdoB), além de não fazer nenhuma mobilização entre os docentes da universidade, ainda chamou representantes do Funpresp para “vender” aposentadoria complementar aos professores. Exigimos que eles convocassem uma

de independência de classe dos explorados e agitou as consignas de “Abaixo Temer”, “Frente Única Sindical” e “Greve Geral”

A imponente manifestação demonstrou que há entre os explorados inegável disposição de luta para enfrentar o impopular governo Temer (PMDB/PSDB) e suas reformas malditas. É possível que a própria burocracia sindical reformista e estalinista tenha se impressionado com a inesperada

adesão dos trabalhadores ao dia 15. Seu objetivo não é derrotar nas ruas o governo golpista e suas medidas, mas traçar os planos para o retorno ao governo através de Lula em 2018; isso implica mostrar-se perante a burguesia e os patrões como uma oposição parlamentar leal e responsável. Daí advém a rejeição – pelo menos até segunda ordem – de qualquer convocatória a uma Greve Geral, assim como de despertar e impulsionar a revolta latente dos oprimidos, em especial da classe operária, contra o fim da aposentadoria e, mais tarde, dos direitos trabalhistas.

Ocorre que a reação dos explorados, que tende a aumentar à medida que avancem os golpes do governo sobre a vida das massas, vai dando maior concretude à necessidade da Greve Geral, e diminui, por pouco que seja, a margem de manobra dos dirigentes burocratas. A tarefa da vanguarda consciente, diante dessa situação, é fazer o enfrentamento à burocracia sindical no terreno da luta e propagandear as bandeiras de defesa dos empregos, salários e direitos - por meio da ação direta - e da Greve Geral.

assembleia para organizar o dia 15, mas como burocratas que são, fizeram apenas uma manobra convocando diretamente os professores para a assembleia unificada da educação e, demagogicamente, o presidente da entidade ainda votou a favor da greve da educação.

O ato saiu em marcha, juntando-se aos manifestantes que se concentraram no Derby, aglutinados em torno da Frente Povo Sem Medo. A grande coluna que ocupou as duas faixas da avenida Conde da Boa Vista por vários quarteirões atraiu o apoio da população nos ônibus e edifícios. O fim do ato se deu na frente do prédio do INSS.

Além da grande massa de trabalhadores da educação e do funcionalismo, alguns setores da juventude compareceram. Categorias operárias estiveram presentes, com colunas mais amplas do que apenas as diretorias sindicais, mas sem a presença massiva das bases. De Suape e Recife, vieram os estivadores, da base da Força Sindical. Portuários denunciavam que o trabalho exaustivo e insalubre faz com que sofram com inchaço no coração, hipertensão e com a poluição. Com a vida abreviada pela exploração capitalista, sabem que se depender de Temer vão morrer antes de se aposentar. É a realidade da maior parte dos trabalhadores do país. A Força Sindical procura ocultar seu papel no golpe e de apoiadora da destruição de

direitos fazendo de conta que luta contra a reforma da previdência. Outras categorias como trabalhadores da indústria da borracha, gráficos, urbanitários e petroleiros compuseram o ato.

Foi grande a presença da CUT e a ênfase na canalização para a pressão parlamentar e a esperança no retorno de Lula em 2018. Não faltaram as propostas ridículas de “lotar as caixas de emails dos parlamentares.” Nota-se que alguns militantes secundaristas que se destacaram nas ocupações agora vestem camisas de correntes do PT, como a esquerda marxista. A Ação Petista empunhava uma faixa com a promessa de “agir como o PT agia”. Tais correntes semeiam confusão e ocultam a conversão do PT em um partido da ordem burguesa. O grande bloco cutista em vez de organizar a

greve geral se colocou como instrumento da reconstituição do PT como oposição burguesa.

O PSTU enfatizou a defesa da greve geral e do Fora Temer. Na fala do militante da ANEL, foi defendida a unidade operária-estudantil e afirmaram que não se deveria esperar as eleições de 2018, pois as eleições não mudam nada. O PCB esteve junto com o Povo Sem Medo, contando com a presença dos sem teto. Também havia uma coluna do PCR/Unidade Popular, PCdoB e outras correntes. Foi distribuído o manifesto do POR contra as reformas antinacionais e antipopulares de Temer, propagandeando a greve geral, o não pagamento da dívida pública e a defesa de um governo operário e camponês.

Paraíba / Com organização, se pode avançar à luta

A mobilização foi organizada pelo Comitê Estadual contra a Reforma da Previdência. Houve manifestações na capital João Pessoa, em Campina Grande e Esperança, cidade interiorana. O Comitê é composto por entidades sindicais e organizações político-partidárias. O POR atuou na manifestação, distribuindo o manifesto “Abaixo as reformas antinacional e antipopular do governo Temer” e com uma faixa “Abaixo o governo golpista de Temer! Por um governo operário e camponês! “. A mobilização contou com cerca de 500 participantes, entre professores do ensino superior (federal e estadual), professores do ensino básico, estudantes, trabalhadores dos Correios, funcionalismo público municipal, entre outros.

As manifestações contra a reforma da previdência atuam como um termômetro da luta de classes no Brasil. O governo golpista de Michel Temer tem como prioridade a reforma previdenciária, mas irá avançar também sobre os direitos trabalhistas, assim como já cumpriu sua reforma sobre o ensino médio. O esta-

do de desintegração capitalista exige de seus governos burgueses uma brutal ofensiva sobre os trabalhadores, a juventude e camponeses. A tarefa histórica a ser superada é a independência dos trabalhadores diante da política burguesa e pequeno burguesa, limitada a democracia capitalista e que expressa fundamentalmente na pressão parlamentar como finalidade das manifestações de rua. É impensável conquistar o apoio da classe operária e da maioria oprimida que não estão organizados, mas que suporta os ataques da burguesia sobre suas condições de vida. A principal limitação desse movimento é a ilusão de que a substituição do governo golpista por outro governo de base popular ou que a pressão sobre os deputados eleitos no estado irá minimizar os ataques da burguesia sobre os explorados. Renunciam assim, a estratégia de poder do proletariado, que somente por meio das suas política e métodos próprios de luta, a ação direta, é que o movimento poderá se colocar conseqüentemente contra o grande capital nacional internacional e seus governos burgueses.

ATO 15 DE MARÇO EM LONDRINA

O ato do dia 15 de março em Londrina contou com cerca de quatro mil manifestantes, no centro da cidade. A participação se deu principalmente por professores, estudantes, movimentos sociais, MST, carteiros e funcionários públicos; além de ter uma paralisação das linhas de ônibus circulares, ficando apenas uma escola municipal aberta na cidade.

O ato se iniciou com intervenções dos representantes sindicais e de movimentos sociais. Encerrou após uma passeata pelo calçadão. Foi perceptível que o comércio, mesmo não aderindo totalmente ao dia de luta, fechou suas portas simbolicamente por onde os manifestantes passavam, solidarizando com luta.

É sintomático que a população esteja demonstrando abertamente seu descontentamento com o novo governo. As reformas da previdência e trabalhista mexem com a vida do proletariado e dos demais trabalhadores. Contudo, nesta manifestação foi escassa a presença dos operários. Toda a mobilização foi conduzida pelas burocracias sindicais, inclusive da Força Sindical, que apoiou o golpe presidencial.

A política de conciliação de classes dos burocratas sindicais foi expressa nas intervenções. Todas as saídas para a crise econômica e política parecem ter um fim dentro do capitalismo; trata-se de pressão parlamentar e “vigília” aos “representantes do povo”. O presidente do SINTTROL, Sindicato dos Trabalhadores em Transportes Rodoviários de Londrina, chegou a afirmar que aceita as reformas, desde que se punam os corruptos. A burocracia sindical incorporou completamente a perspectiva burguesa, por isso, reproduz o asqueroso argumento de morali-

zação da política oficial.

O POR atuou com manifesto próprio e com uma intervenção ao microfone. Destacou-se por ter um discurso contrário às saídas parlamentares e eleitoreiras. Reafirmou que a mobilização só pode ser realizada com independência de classe. Ressaltou que os oprimidos não devem ter nenhuma confiança no Estado burguês para resolver os seus problemas.

Empresários e justiça tentam barrar as mobilizações

Enquanto as Centrais Sindicais e sindicatos organizavam as manifestações, no Paraná, contra a reforma da previdência e trabalhista, os sindicatos patronais faziam seu movimento na justiça burguesa para impedir as paralisações. Em Curitiba, a Associação Comercial do Paraná entrou na justiça para tentar barrar a adesão de motoristas e cobradores ao movimento e paralisação nacional. Em Londrina, a TCGL – Transporte Coletivo Grande Londrina – conseguiu uma liminar, em um pedido de interdito proibitório para também proibir a paralisação e impedir a participação dos trabalhadores ao dia de luta. No caso de Londrina, a justiça estabeleceu um contingente mínimo de funcionamento de 70%, ou seja, não haveria paralisação. Nas vésperas do dia 15, a pedido dos dirigentes do sindicato, a desembargadora mudou as regras e determinou um contingente mínimo de 50% de ônibus nos horários de picos e 40% para os demais horários.

O POR denunciou as medidas punitivas do patronato e destacou a importância das manifestações unificadas para pôr abaixo as reformas do governo golpista.

Rondônia / Dia 15 de março: dia de greves, paralisações e mobilizações contra as Reformas Previdenciária e Trabalhista

O dia 15 foi convocado pelas Centrais Sindicais e por vários sindicatos pelo país, de diferentes setores, sobretudo, o setor da Educação, para lutar as reformas do governo golpista de Temer, sobretudo as reformas da Previdência e Trabalhista.

A Trabalhista, embora não tenha se materializado em um único projeto, objetiva dar mais garantias aos patrões e capitalistas para demitirem, rebaixarem os salários e destruírem direitos. Voltaremos à situação anterior à existência da CLT (lei que já é limitada) quando os patrões decidem o que querem fazer e não existem leis que valham para todo o país para regular a exploração do trabalho pelo capital. A ideia é que prevaleça o “negociado” sobre o “legislado”, ou seja, cada capitalista individual poderá fazer contratos e acordos com seus empregados sem ter que passar por justiça, leis, sindicatos, etc. Vai se pulverizar o pouco de direitos e garantias dos trabalhadores para aumentar as taxas de lucros dos capitalistas em crise econômica.

A Reforma da Previdência se materializou na PEC 287 que, entre outras coisas, pretende aumentar para todos, homens e mulheres, trabalhadores da cidade e do campo, a idade mínima de trabalho para 65 anos. Ou seja, aumentar o tempo de trabalho sem direito à aposentaria. E quando esta vier, será inferior ao salário que se recebia na ativa, porque, mesmo com 65 anos, o aposentado só poderá receber 51% da média do que recebeu durante o trabalho, acrescentando a esse valor 1% sobre cada ano de contribuição. Ou seja, para ter 100% da média dos salários da ativa, deve ter no mínimo 49 anos de trabalho com contribuição à previdência e 65 anos. O que significa que só quem conseguiu registro em carteira desde os 16 anos de idade

e NUNCA ficou sem contribuir poderá se aposentar integralmente aos 65 anos!

As mulheres e os camponeses serão os mais afetados pelo aumento da contribuição e todos serão afetados por esses novos cálculos dos proventos a receber, sendo que, mesmo que o trabalhador atenda a todos os requisitos, não poderá receber jamais mais que o teto do RGPS (INSS), seja um trabalhador do serviço privado ou público.

Não bastasse tudo isso, os governos municipais, estaduais e logo, o federal, estão aumentando a alíquota de contribuição previdenciária. Alguns estados, como o Rio de Janeiro, já aumentaram de 11% para 14%. O governo de Rondônia também aprovou aumento da contribuição para os servidores. Essa é a realidade que temos que enfrentar e combater!

Um verdadeiro atentado contra a vida dos trabalhadores, um roubo sem precedentes na história dos regimes de previdência. Os capitalistas e os governos querem que trabalhemos até a morte para sustentá-los. Temos que organizar a greve geral de todos os trabalhadores para barrar esse projeto, lutando para que nenhum direito seja retirado.

Temos que defender:

Nenhuma Reforma da Previdência (derrubar o aumento das contribuições, rechaçar a PEC 287) e lutar para um sistema único de Previdência, custeado unicamente pelos capitalistas e seus governos!

Pôr abaixo a Emenda Constitucional n. 95, que institui o congelamento com gastos públicos por 20 anos (ex PEC 241/2016)!

Porto Velho / Manifestação em Rondônia contra a Reforma da Previdência

A manifestação em Porto Velho percorreu as principais avenidas e ruas da capital, com aproximadamente 2500 manifestantes. A maioria da passeata era formada por funcionários públicos, com ampla maioria ligada à educação; a categoria que paralisou 90% das escolas da cidade. As demais categorias tiveram um menor percentual, embora a burocracia da maioria dos sindicatos compareceu, mesmo sem ter mobilizado suas bases.

A passeata teve como norte a bandeira de “Fora Temer”, o que demonstrava ainda o forte eleitoralismo dos dirigentes petistas e pecebistas. Nas falas, os burocratas defenderam a pressão sobre o parlamento. Cada um foi reforçar a ilusão de que era possível “sensibilizar” deputados e senadores a se colocarem contra a Reforma da Previdência, já que essa é antipopular e pode arrancar votos dos parlamentares marcados por mais essa reforma.

Muitas entidades participaram da manifestação, entre elas, o Sintero, o Sindur, o MAM, o Sinjur, o Sindicato dos Correios, o Sinder, o Sintunir, a Adunir, a Sindeprof, além de centrais como a CUT e a CTB, bem como movimentos como o MAB e o MAM. Entretanto, como dissemos, participaram enquanto “representantes” das entidades e movimentos, porque, na prática, com exceção do Sintero, ligado à educação, os sindicatos, os movimentos e as centrais não moveram uma palha para fazer uma grande manifestação que paralisasse Porto Velho e, de fato, desse visibilidade a esse dia nacional de luta contra a Reforma da Previdência.

A Corrente Proletária da Educação/POR também interveio nas manifestações de rua que ocorreram em Rolim de Moura e em Alto Alegre dos Parecis, cidades do interior do estado. Pudemos, no interior das manifestações, realizar falas, além de distribuir um manifesto nacional e um boletim local sobre os problemas que os servidores públicos têm enfrentado. Destacamos em nossa intervenção a necessidade da greve geral por tempo indeterminado, a defesa dos métodos da ação direta e nenhuma confiança no parlamento ou nas negociações fora da luta. Apontamos que apenas a defesa intransigente das reivindicações e a luta até o fim contra as reformas é que poderá barrar a ofensiva dos capitalistas e dos seus governos.

A particularidade do setor da Educação

Em Alto Alegre dos Parecis, a manifestação envolveu os trabalhadores da educação, os estudantes secundaristas da Escola Estadual Artur da Costa e Silva e várias organizações como Corrente Proletária da Educação (CPE), o Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR), Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), Pastoral da Juventude (PJ) e outros. Os estudantes foram mobilizados junto à militância da Corrente Proletária Estudantil e também se manifestaram, demonstrando indignação contra a Reforma da Previdência por compreenderem que o ataque da reforma recaia também pesadamente sobre os ombros da juventude trabalhado-

ra e daqueles jovens que ainda buscam postos de trabalho, mas já estão mutilados pelo subemprego, pela terceirização e mesmo desemprego crônico.

Foi importante a iniciativa dos estudantes secundaristas numa mobilização e paralisação nacional em apoio às manifestações que ocorreram em todo o país. Após realizarem uma passeata pelas ruas da cidade com cartazes e faixas denunciando as atrocidades que serão causadas por esta “reforma”, os mesmos se concentraram no centro da cidade e gritaram palavras de ordem, os trabalhadores fizeram o uso da palavra para relatarem as barbaridades e os impactos causados por essa tirania do governo golpista juntamente com sua camarilha que sugam as condições de vida dos trabalhadores.

Diante de toda mobilização que se deu em todo país a liderança do Sindicato dos Servidores Municipais da Zona da Mata (SINZESMAT) silenciou diante de tudo e, quando cobrado, se negou a participar alegando que não tinha conhecimento das atividades, mas, como se sabe são raposas velhas que representam o PMDB dentro do sindicato e precisam amordçar a base, jamais aceitaram mobilizar os trabalhadores da educação para manifestar-se contra a política de reforma do governo Temer. Mas, os trabalhadores encorajados pelos estudantes passaram por cima da vontade da burocracia traidora que precisa ser banida do sin-

Federações dos Trabalhadores Portuários aderem à Paralisação Nacional

Nos dias 9 e 10 de março, ocorreu no Rio de Janeiro uma importante plenária das Federações dos Trabalhadores Portuários. Estiveram presentes a Federação Nacional dos Estivadores (FNE), filiada à Força Sindical; a Federação Nacional dos Conferentes e Consertadores de Carga e Descarga, Vigias Portuários, Trabalhadores de Bloco, Arrumadores e Amarradores de Navios nas Atividades Portuária (Fencovib), filiada à CTB; a Federação Nacional dos Portuários (FNP), filiada à CUT; bem como diversos sindicatos que compõem as três federações.

Na plenária, discutiu-se as reformas da previdência e trabalhista e o protocolo do pedido ao governo federal feito pela Federação Nacional dos Operadores Portuários (FENOP, entidade patronal), que contém uma série de ataques aos trabalhadores portuários avulsos. Entre eles, o fim da obrigatoriedade dos Operadores Portuários terem de requisitar a força de trabalho dos avulsos quando houver operação de movimentação de carga no interior das áreas do porto organizado. Na prática, tal medida jogaria na rua, no desemprego, centenas de milhares de trabalhadores portuários avulsos.

Diante destes ataques, a plenária foi unânime na defesa da adesão ao chamado das Centrais Sindicais pela paralisação nacional no dia 15/03. A grande novidade foi o SindEstiva de Santos, dirigido pela Força Sindical, ter aderido à mobilização. Na última paralisação nacional dos portuários, ocorrida no dia 30/11/2016, este sindicato não participou, o que enfraqueceu enormemente o movimento por se tratar do maior Porto do Brasil. Tudo indica que as bases arrastaram a direção burocrática.

Ato do dia 15/03 no Litoral Norte de São Paulo

No Dia Nacional de Paralisação contra as Reformas da Previdência e Trabalhista, ocorreu um ato unificado de diversas categorias, em São Sebastião. O ato foi composto por trabalhadores portuários (Estivadores, Arrumadores e Conferentes de Carga), Servidores Municipais de São Sebastião (a maior parte de pro-

dicato e realizaram o ato de protesto.

Em Porto Velho, o dia 15 também marcava a “trégua” que os burocratas dos sindicatos ligados aos setores do funcionalismo municipal deram à prefeitura. Foi, portanto, o momento de reatender a greve. Como era de se esperar, nem a prefeitura apresentou uma contraproposta para evitar o fim dos quinquênios, nem os burocratas dos sindicatos se mobilizaram para realizar uma greve geral do funcionalismo da cidade. Assim, apenas a greve geral na educação é que foi mantida, dado o grau de mobilização nas escolas e a tradição que marca o Sintero com a presença também, ainda que pequena, da Corrente Proletária na Educação.

A greve da educação na capital foi aprovada, mas por tempo determinado. Os burocratas sinalizaram que a greve deve ir até o dia 28 de março, quando esperam nova resposta da prefeitura. Como em outras situações, tentaram arrancar alguma migalha para acabar com a mobilização dos trabalhadores da educação. Nossa tarefa nesse dia 15 logo foi tanto de denunciar a Reforma da Previdência e Trabalhista, como apontar concretamente como a retirada de direitos será a tônica de todos os governos nos próximos anos e que não podemos dar trégua, e sim continuar mobilizados, fortalecendo a greve da educação e buscando estendê-la para o conjunto do funcionalismo tanto municipal quanto estadual.

fessores), alguns professores estaduais e estudantes. Houve uma concentração em frente ao Porto e uma marcha pelo centro da cidade, bloqueando o trânsito. Os petroleiros não paralisaram, fizeram uma “atrasadinha” (demoraram 2 horas para entrar no serviço). A ausência dos petroleiros foi sentida pelos manifestantes devido à importância e tradição de luta desta categoria.

O ato foi expressivo para região e se mostrou bem combativo. Na frente da Agência do INSS, decidiu-se ocupar o espaço por mais ou menos uma hora e se instalou uma plenária lá dentro. Nesta plenária, apontou-se para a necessidade da criação de um Comitê contra a Reforma da Previdência na região, uma entidade de frente única que unifique todas as instituições que estão contra o desmonte da previdência (partidos políticos, sindicatos, movimentos sociais, Fórum dos Sindicatos do LN, escolas, OAB, etc.). Foi aprovada uma reunião para lançar este Comitê, marcada para o dia 23/03.

Depois os manifestantes se dirigiram até a Prefeitura, onde um dirigente do Sindserv/SS fez uma fala cobrando os reajustes, defendeu que nenhum direito seja retirado do Estatuto dos Servidores e que o ponto de hoje não seja cortado, entre outras coisas.

Ficou evidente a importância do *Fórum dos Sindicatos, Oposições Sindicais e Movimentos Sociais do Litoral Norte* para a unificação das lutas na região.

O ato regional e a significativa adesão nacional mostrou que o caminho para derrotar as reformas do governo Temer é o da ação direta! Não derrotaremos estes ataques com negociações no Congresso, aberturas de CPIs, pressão sobre os parlamentares, na Justiça, etc.

A luta na região não acaba hoje, pelo contrário, está só começando. Agora se coloca a tarefa de unificar os movimentos na construção do Comitê contra a Reforma da Previdência do Litoral Norte e impulsionar os próximos movimentos nacionais e específicos da região!

Na USP, o 15/03 foi marcado por trancaço e paralisação

As assembleias dos três setores decidiram, no dia 09/03, pela paralisação da universidade no dia da greve nacional da educação contra a reforma da previdência. Os funcionários e estudantes aprovaram ainda o trancaço do portão principal da USP pela manhã. Sem discussão e organização de piquetes nas unidades, a paralisação acabou sendo parcial. Um grupo de algumas centenas de estudantes e funcionários conseguiu bloquear o portão principal a partir das seis horas da manhã, sem o uso de cadeados ou outros recursos impeditivos. O bloqueio se estendeu até às 10h, e depois os manifestantes se dirigiram à Praça do Ciclista, onde haveria uma concentração da USP a partir das 14h para ida ao MASP.

A violência policial empurra os três setores para a luta

No dia sete de março, a reitoria colocou em votação no Conselho Universitário (C.O.) o chamado “Teto do fim da USP”. É a aplicação do Teto de Temer/Meirelles à universidade. Por esse pacote de medidas, a USP não poderá ter menos de 40% de seu quadro formado por docentes. Para alcançar esse objetivo, será necessário demitir cerca de 5 mil funcionários. Não se reajustarão os salários se a folha de pagamento ultrapassar 80% do orçamento (hoje está em 99%). Isto significa congelamento salarial. Não se contratarão professores e funcionários sob esse mesmo teto de gastos. Podem-se contratar professores por contrato precário (baixos salários e sem ligação com a universidade). Não se poderá pagar hora extra a funcionário que trabalhe além da jornada.

Esse pacote teve grande rejeição da maioria dos que estudam e trabalham, mas até mesmo de setores da própria burocracia universitária.

No dia da votação, havia em frente à reitoria um ato público contra a votação das medidas, com algumas centenas de pessoas. Sob ordens do reitor, a tropa de choque reprimiu a manifestação e a dispersou, com bombas, gás e balas de borracha. Sete foram presos. Três deles no Hospital Universitário, onde estavam sob atendimento. À meia-noite, soltaram da delegacia o último preso, mas sob fiança.

A votação do pacote do Teto continuou ainda assim, sob protestos de alguns conselheiros, que defenderam a suspensão da reunião. O placar de 53 a 22 com duas abstenções mostrou o descontentamento de uma parcela da burocracia com o pacote de maior precarização, terceirização e privatização da USP.

Diante de tamanha violência, os sindicatos e o DCE convocaram as assembleias gerais para discutir o que fazer.

Cresce a fila de correntes contra a greve

A Corrente Proletária Estudantil defendeu na assembleia geral estudantil - dia 9/03, com cerca de 300 pessoas - a proposta de greve unificada a ser iniciada no dia 15/03, com assembleia geral no mesmo dia, precedida por assembleias conjuntas dos três setores nas unidades. Os argumentos foram: 1) responder a dura repressão policial contra a manifestação do dia do Conselho Universitário (7/03); 2) responder a aprovação do Teto de Gastos votado no Conselho Universitário; 3) unificar com as greves da rede estadual e municipal de São Paulo e 4) Atender ao chamado de Greve Nacional da Educação aprovado no CNTE. O POR mostrou que se enfrenta a repressão e o autoritarismo com movimento massivo nas ruas. Para isso, é preciso paralisar as aulas e trabalhos, de forma a retirar a pressão das provas, tra-

balhos e frequências sobre os estudantes e liberá-los para irem aos milhares às ruas. Movimentos limitados estarão sujeitos a mais violência e não terão a força necessária para derrotar o reitor/governo.

PSOL, PSTU, MAIS, PT, PCB, MRT, MNN se embocaram contra, numa grande fila contrária à greve. A mesma fila que se formou no ano passado, durante a greve, quando os moradores do Crusp vieram às centenas nas assembleias gerais e votaram com o POR a ocupação dos blocos K e L, tendo perdido por uma diferença de 7 e 11 votos.

A rejeição da greve e a política de conciliação de classes

A paralisação nacional de 15 de março estava dada. E a necessidade de uma resposta à repressão violenta da reitoria também. Em 2011 e 2013, a violência e autoritarismo da reitoria/governo foram respondidos com a greve estudantil massiva, que se aprovou horas depois dos acontecimentos, em assembleias de milhares. Também nessas ocasiões, havia a fila dos contrários à greve; a novidade é que a fila cresceu, e todas as correntes que dirigem ou influenciam sindicato, DCE, CAs, vão se enfileirando contra o movimento. Hoje, infelizmente, apenas o POR e independentes estão do outro lado.

Ao contrário desses movimentos de 2011 e 2013, não houve um levante massivo de estudantes que comparecesse à assembleia geral. Assim, a assembleia era formada em grande parte pela base das correntes. Que discursaram sobre a necessidade de fazer um trabalho de base (que não fazem), que cada um chamasse mais alguns, para no futuro se ter mobilização e aí sim decretar greve. Não passa de pretexto, pois o que move de verdade essas correntes é a ligação com o aparelho e a disputa eleitoral.

A manifestação de 15/3 foi um passo importante para enfrentar os governos. Mostrou que bastou as direções convocarem para que as bases respondessem com mobilização. Mas à cabeça desse movimento está a CUT, que pretende não pôr abaixo as reformas de Temer, mas negociar mudanças nos projetos e desgastá-lo eleitoralmente para as eleições de 2018. Assim também ocorre na USP: não há disposição das direções para pôr abaixo as medidas do reitor/governo, mas para negociá-las no campo do ataque desferido contra a USP pública e gratuita. É essa a política que leva o movimento à conciliação e derrota.

A palavra de ordem de FORA ZAGO, aprovada sem discussão, pode adquirir vários conteúdos. O que pretende a direção docente e discente é influenciar na eleição do novo reitor, seja por consulta, eleição paritária (da LDB ou de peso igual) ou até mesmo no colégio eleitoral. Por essas vias, não se rompe com o poder da burocracia autoritária.

A saída é conformar uma unidade real dos três setores, sem subordinar um pelo outro, numa ASSEMBLEIA GERAL UNIVERSITÁRIA, que poderá apurar as contas da USP de forma independente, aprovar um orçamento que atenda às reivindicações e pôr fim a todo privatismo, e aplicá-lo por meio de um GOVERNO TRIPARTITE, eleito pelo voto universal, com mandato revogável e subordinado à assembleia geral universitária.

O primeiro passo para isso hoje é construir uma greve unificada para derrubar o teto de gastos e pôr fim à repressão. O movimento, se colocado em pé, avançará para a destruição do reitorado e para a real democracia e autonomia universitárias frente à burguesia e seus governos.

Abaixo as reformas antinacional e antipopular do governo Temer

A classe operária, a classe média pobre, os camponeses oprimidos e a juventude estão diante da necessidade de parar o País. Não podemos permitir que a burguesia e o seu governo imponham uma reforma da previdência que sacrifica a maioria explorada.

Os capitalistas, a classe média rica, os politiquinhos, a alta burocracia do Estado e os juizes e militares sempre usufruíram das riquezas e estão garantidos na velhice. Os assalariados que ganham o necessário, os que sobrevivem com o salário mínimo de fome, os desempregados e os que labutam na informalidade é que vão arcar mais uma vez com a reforma da previdência. São os operários das fábricas, da construção civil, da mineração e da agricultura; são os condutores de ônibus, os caminhoneiros, os bancários, os que trabalham nos supermercados, lojas, escritórios, salões, as domésticas, enfim, são os milhões de trabalhadores que vão arcar com uma previdência que lhes sacrifica ainda mais a vida.

Os grandes proprietários, os empresários, os latifundiários e os banqueiros vivem de explorar o trabalho alheio. É a minoria de parasitas que acumula capital, riqueza, e que tem a existência assegurada por gerações. É essa minoria que quer a todo custo a reforma da previdência. Quer que trabalhem mais tempo e paguemos mais tempo por uma desgraçada aposentadoria. Quer que as mulheres também trabalhem mais tempo e paguem mais tempo.

Faz parte da lei da exploração capitalista do trabalho que os trabalhadores se matem de produzir riquezas em troca de um salário miserável e de uma vida inteira entregue aos seus exploradores. Não importa se são mulheres, crianças, adolescentes e velhos. Todos são tratados da mesma forma como força de trabalho para servir aos capitalistas. Devem dar até suas últimas gotas de energia aos seus exploradores.

Podendo estender ainda mais a jornada e a vida dedicada ao trabalho de quem já se acha cansado e esgotado de tanto produzir em troca de um salário que apenas garante a sua existência, os capitalistas vão estender em proveito próprio. É o que está fazendo o governo golpista de Temer. É o que fará o Congresso Nacional da burguesia. É o que farão o governo e os partidos burgueses (PMDB, PSDB, DEM, PP, PPS, PRB, etc.) que deram o golpe de Estado.

É o que farão se a classe operária não se lançar em uma greve geral por tempo indeterminado e se a maioria oprimida não se unir em torno da bandeira de "Abaixo as reformas antinacional e antipopular do governo Temer!". É o que farão se as centrais sindicais, os sindicatos, as organizações camponesas, populares e estudantis não se unirem em uma poderosa frente de luta para organizar a greve geral por tempo indeterminado.

Esse dia 15 deve, portanto, servir para convocar e organizar um movimento nacional contra o governo golpista, os partidos e a classe capitalista que se empenham em impor a reacionária

reforma da previdência.

Sabemos que não se trata somente da previdência, está a caminho a reforma trabalhista. Depois de uma, vem outra. A reforma do ensino médio já foi aprovada, apesar das centenas de ocupações de escolas e protestos estudantis. Ficou claro que o movimento estudantil não teve força porque focou isolado. Não podemos deixar que o mesmo aconteça diante das reformas da previdência e trabalhista.

Estão havendo importantes mudanças nas relações trabalhistas devido às crises constantes e a desintegração do capitalismo. Não muda a exploração do trabalho, mas mudam as formas de exploração. Isso para pior. Os assalariados já padecem com a terceirização, que avançará ainda mais com o projeto que está para ser finalizado no Senado. Padecem com os PDVs, lay-offs, suspensão temporária e redução da jornada com redução salarial. Tudo isso faz parte da chamada "flexibilização do trabalho", que deve ser corretamente definida como "flexibilização capitalista do trabalho".

Essas medidas ferem de morte a CLT no que tem de proteção aos explorados. A reforma trabalhista pretende dar legalidade a tais violações das leis trabalhistas e ir ainda mais longe. Pretende que qualquer acordo por fábrica se coloque por cima do contrato coletivo de trabalho. O objetivo é o de poder mexer no 13º salário, na licença maternidade, etc.

A burguesia quer a desregulamentação geral para explorar livremente. Até mesmo a extinção da Justiça do Trabalho já foi aventada, apesar de extemporânea. Mas se a classe operária não

reagir e se os sindicatos continuarem nas mãos da burocracia sindical vendida e traidora, a burguesia e o seu governo irão impor um retrocesso mais violento do que o já ocorrido.

Estamos chegando ao fundo do poço. Passou da hora de nos levantarmos. A reforma da previdência e a trabalhista se completam. É uma só reforma capitalista contra a vida dos assalariados. Teremos de trabalhar mais tempo, contribuir muito mais e deixar nossos lombos livres para serem açoitados de acordo com as necessidades dos exploradores. Essa é a condição mais visível e clara

da escravidão moderna do capitalismo. Em vez de as leis e as condições do trabalho serem melhoradas com a melhoria da capacidade produtiva, regridem a degraus que se aproximam das bárbaras condições originárias do capitalismo.

Essa desgraça não se abate somente sobre o Brasil. Em toda parte, a burguesia está em posição de ataque a velhas conquistas do movimento operário. A derrocada da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas e o processo de restauração capitalista no Leste Europeu e China têm servido para a burguesia mundial e o imperialismo sustentarem o capitalismo em decomposição pela via da barbárie social. Em um país de economia atrasada e de gigantesca pobreza das massas, porém, tais reformas são um claro atentado ao desenvolvimento nacional e à existência de milhões de famílias.

A burguesia quer a desregulamentação geral para explorar livremente. Até mesmo a extinção da Justiça do Trabalho já foi aventada, apesar de extemporânea. Mas se a classe operária não reagir e se os sindicatos continuarem nas mãos da burocracia sindical vendida e traidora, a burguesia e o seu governo irão impor um retrocesso mais violento do que o já ocorrido.

Ao lado das reformas da previdência, trabalhista e do ensino médio, o governo golpista vem ampliando a desnacionalização da economia, por meio das privatizações e das facilidades com que o capital financeiro, através de poderosos fundos de investimento, vem adquirindo empresas nacionais. A burguesia brasileira se tornou em uma grande vendilhona. Progressivamente, os recursos petrolíferos e sua industrialização têm sido privatizados.

O PT e seu governo fizeram crer que era possível brechar o entreguismo, com algumas mesquinhas medidas de “conteúdo nacional”. Medidas que lhes serviram para se meter a fundo na corrupção que envolvia a Petrobrás. Logo o seu “nacional-reformismo” se mostrou impotente. Na verdade, serviu de máscara para manter o poder das petroleiras e das multinacionais no Brasil. Derrubado o seu último governo, os golpistas retomaram o entreguismo aberto. O PT e a CUT se mostraram de mãos e pés amarrados à política geral da burguesia. Estruturou-se uma burocracia sindical que vai da direita à esquerda da política burguesa. A Força Sindical direitista tanto serviu ao governo do PT, quanto à sua derrubada.

Neste preciso momento, estamos diante da tarefa de quebrar as reformas. Mas durante todo o período que transcorreu o impeachment de Dilma Rousseff, as demissões em massa correram soltas. As frações da burocracia de direita e de esquerda estiveram separadas quanto ao impeachment, mas muito bem unidas em torno do patronato que demitia e lançava os “acordos” de flexibilização capitalista do trabalho. Agora aparentam diferenças quanto à reforma da previdência, mas estão unidas em torno do objetivo de pressionar os parlamentares a fazerem mudanças no projeto do governo. Aí está o grande obstáculo à luta da classe operária, à formação de uma frente única sindical e à organização da greve geral por tempo indeterminado.

Corremos o risco de o dia 15 servir de meio para o PT, com apoio da CUT, se potenciar como oposição burguesa e para o partido Solidariedade ocultar seu papel golpista no impeachment e de sustentação de Temer, com apoio da Força Sindical fazendo campanha em favor de melhorar o projeto de reforma da previdência. Os trabalhadores, a juventude e a vanguarda militante devem rechaçar a subordinação da luta contra as reformas de Temer ao calendário eleitoral.

O PT e Lula, de repente, se tornaram eufóricos com o novo “queremismo”, como se ressuscitasse o getulismo. O governo golpista está afundado no mesmo atoleiro da corrupção de que se serviu a burguesia para derrubar Dilma Rousseff. Mas as mesmas

forças burguesas que colocaram o PMDB no poder não vão retirá-lo. Somente a classe operária, dirigindo a maioria oprimida, pode combater o governo burguês golpista e derrubá-lo. Mas essa não é a via de um golpe, mas sim a via revolucionária.

O PT, sua Frente Popular, são adversários da luta de classes do proletariado. Estão, portanto, pela manutenção do governo antinacional e antipopular, aprovando ou não as reformas. Aguardam o desfecho da Operação Lava Jato que no momento acossa o governo e seus aliados. Mas que, sem dúvida, logo voltará a colocar o PT e Lula no centro das investigações. É bem provável que o sigilo imposto à delação do chefe da Odebrecht, entre outros motivos, guarda surpresas para o petismo.

Desgraçadamente, o dia 15 está marcado por toda essa atmosfera da crise burguesa e pela política de colaboração de classes, que assumiu uma nova forma, preservando o velho conteúdo anti-operário. Mas traz uma expectativa positiva: a população está farta do governo Temer. A maioria se mostra descontente com os rumos dos acontecimentos do pós-impeachment.

A classe operária, os demais explorados e a juventude oprimida estão com os olhos e ouvidos abertos às bandeiras de “**Abaixo as reformas antinacional e antipopular de Temer**” e para o chamado a **greve geral**. Trata-se de romper o dique da burocracia que não quer uma greve geral, que inevitavelmente se chocará como o governo e a frente parlamentar golpista que controla o Congresso Nacional.

O POR considera necessário levar ao proletariado a bandeira de “**Abaixo o governo golpista!**” “**Por um governo operário e camponês!**” É visível que a derrota das reformas depende de a maioria explorada enfrentar o poder dos monopólios, das multinacionais e do capital financeiro. No coração da crise e das reformas está a gigantesca dívida pública, que provoca a sangria do Tesouro Nacional. É imprescindível lutar sob a bandeira de “**Não pagamento da dívida pública!**”

No fundo de todos os problemas estão as relações de produção e a exploração do trabalho. Está aí por que não se deve desvincular a luta contra o governo golpista e a suas reformas do programa de expropriação, nacionalização e estatização do grande capital, sob o controle operário coletivo. A ampla e profunda crise do capitalismo somente pode ser enfrentada como o programa da revolução proletária.

Toda força ao dia 15 de março! Derrotamos nas ruas as reformas antinacional e antipopular! Por uma greve geral por tempo indeterminado!

A classe operária, os demais explorados e a juventude oprimida estão com os olhos e ouvidos abertos às bandeiras de “Abaixo as reformas antinacional e antipopular de Temer” e para o chamado à greve geral. Trata-se de romper o dique da burocracia que não quer uma greve geral, que inevitavelmente se chocará como o governo e a frente parlamentar golpista que controla o Congresso Nacional.



Barrar a ofensiva da reação

Em nome da democracia, foi promovido o golpe que derrubou o governo de Dilma Rousseff. Constituiu-se um governo a despeito e por cima da população. Armou-se um conjunto de reformas antinacional e antipopular, que vêm sendo impostas contra a vontade do povo. A imprensa monopolista se perfilou em torno dos argumentos e propaganda do governo golpista. O Congresso Nacional controlado pelos partidos que promoveram o golpe institucional aprovou a PEC do Teto, que dá total poder ao governo para cortar gastos da saúde, educação e programas sociais. Aprovou a reforma do ensino médio, que aprofunda as discriminações sociais, embora fosse contestado por um movimento de ocupação estudantil de escolas públicas. Agora, o governo Temer está em plena ofensiva para aprovar a violenta reforma da previdência. A meta é chegar até o final de 2018 com a aprovação da reforma trabalhista. Neste transcurso, poderá ser aprovada a reforma política que serve aos interesses dos grandes partidos.

A burguesia nacional com apoio do imperialismo viu a oportunidade de impor as reformas reacionárias com um governo que surgiu do golpe e que por isso não esteve exposto às divisões eleitorais. O Congresso Nacional deixou de refletir a fragmentação partidária que corresponde ao fracionamento eleitoral dos partidos burgueses e que têm dificultado aos governos implantar reformas como as que agora estão em andamento. O golpe uniu quase todos os partidos, boa parte deles era governista, passando para a oposição. Permaneceram de fora da frente golpista apenas o PT – alvo da defenestração – o PCdoB e PDT.

Em torno do PMDB e PSDB, concentraram-se as forças do golpe. A burguesia e a imprensa, quase na totalidade, impulsionaram a grande unidade partidária golpista. Foi um movimento que deu coesão às diferentes variantes da direita. Empurrou-as à frente golpista a necessidade de centralização autoritária do Estado, típica da história republicana do Brasil. O governo do PT – de Lula a Dilma – enfraqueceu ainda mais o centralismo burocrático con-

centrado no comando do presidente da República. Permitiu que a fragmentação partidária funcionasse à base dos cargos, da distribuição de recursos e das trocas de favores eleitorais.

As instituições do aparato estatal, em particular, se viram diante do afrouxamento dos torniquetes centralizadores e assumiram certa autonomia desconhecida até então. Ao mesmo tempo, foi reduzido o espaço dos organismos militares montados pela ditadura, com a extinção do Serviço Nacional de Informação (SNI) em 1990. Fernando H. Cardoso, em 1999, criou a Agência Brasileira de Informação (Abin). Assim se reduziu a influência direta dos militares na política de governo, mas não se a extinguiu. Dilma Rousseff aproveitou o plano de contingenciamento fiscal e extinguiu o Gabinete de Segurança Institucional (GSI). Agora, Temer, aproveitando a rebelião nos presídios, resolveu criar um Plano de Segurança Nacional.

Uma das medidas foi a de restabelecer o GSI, que ficará vinculado à Abin. Para o cargo, nomeou o general do Exército Sérgio Etchegoyen.

A primeira atitude do general foi a de denunciar o que a imprensa chamou de “desmonte da inteligência”. Lula e Dilma foram conspurcados pelo fato de terem desligado o aparato de câmeras no Palácio do Planalto. Segundo interpretação dos adversários, Dilma subordinou a segurança aos interesses do PT e não à política de Estado. E por quê? Porque supostamente pretendiam não identificar “os desqualificados que dilapidavam o País”. A estúpida denúncia foi mais longe: o governo petista teria desligado o sistema de câmeras para ocultar os agentes da corrupção e obstruir a justiça.

Está em curso a volta da influência dos generais no centro do governo. Etchegoyen foi escolhido para essa função. Ao restabelecer o GSI e entregá-lo a um general, se reforça a Abin como instrumento de Estado com a mesma função do SNI. Já se fala da importância desse organismo para combater “os movimentos sociais” que “pretendem desestabilizar o País”.

Dois pronunciamentos merecem destaque: do general de reserva Luiz Eduardo Rocha Paiva e almirante Mario Cesar Flores. Apesar de não dizerem nada de excepcional, expressam

a situação criada pelo golpe. O general, em seu artigo “Brasil em desmanche”, refere-se aos riscos que corre o Brasil quanto à quebra da unidade nacional. Elogia a disposição de Temer de tomar “medidas necessárias à recuperação econômica” e conclui com uma incógnita: “Como deter o desmanche do País, dentro das normas legais, com a Nação sujeita à forte influência socialista e sob poder de lideranças fisiológicas tão difíceis de expelir?” É um claro chamamento a pôr de lado as “normas legais” e partir para medidas de força ditatorial. O almirante, por sua vez, não é um troglodita que não sabe distinguir reformismo, socialismo e marxismo. Mais argumentativo, pleiteia o aparelhamento das Forças Armadas em função da segurança nacional, sem deixar, contudo, de

frisar sua importância como garantia da segurança interna. Essa é uma reiterada crítica e exigência que os militares vêm fazendo antes do governo petista.

Entre os absurdos atribuídos ao governo do PT, está a acusação de fragilizar a segurança interna. Lula criou a Força de Segurança Nacional, que tem desempenhado um significativo papel de intervenção nos conflitos sociais. O mais importante, porém, se encontra na política de conciliação de classes, cuja eficácia a burguesia deve ao PT e sua poderosa burocracia sindical. Em nenhum momento, sob o governo petista, houve desestabilização provocada pelos movimentos sociais. O contrário é verdadeiro. Ocorre que a gigantesca crise econômica se converteu em profunda crise política. O governo petista já não servia à burguesia e passaria a ser um fator de desestabilização das relações entre as classes e frações de classe.

O mais importante, porém, se encontra na política de conciliação de classes, cuja eficácia a burguesia deve ao PT e sua poderosa burocracia sindical. Em nenhum momento, sob o governo petista, houve desestabilização provocada pelos movimentos sociais. O contrário é verdadeiro. Ocorre que a gigantesca crise econômica se converteu em profunda crise política. O governo petista já não servia à burguesia e passaria a ser um fator de desestabilização das relações entre as classes e frações de classe.

Dilma Rousseff tentou reorientar a política econômica de acordo com as exigências do capital financeiro, colocando à frente do ministério da Fazenda o Sr. Joaquim Levy. Mas era tarde. O processo golpista estava em marcha. Tratava-se de unificar as forças burguesas. Chegado a esse ponto, o governo petista já não tinha como sobreviver. O impeachment foi uma medida autoritária, antidemocrática, reacionária.

O governo Temer nasceu da crise política e nela permaneceu. As investigações da Operação Lava Jato para alcançar plenamente o PT e servir de instrumento do golpe teve de ir longe, revelando a presença das várias quadrilhas que habitam o Estado e alicerçam a política burguesa. Já não era possível conter a investigação aos petistas. O PMDB, por ser o partido mais expressivo da oligarquia, se mostrou como o pilar de sustentação do parasitismo e da corrupção. A queda de inúmeros

PT na oposição – continuidade da colaboração de classes

O golpe que derrubou o governo de Dilma Rousseff, pelo visto, foi salvação do PT. Se não fosse assim, teria de aplicar um plano fiscal e medidas, se não igual, próximos ao que adotou o governo golpista. Não há outra via para um governo burguês senão descarregar a crise sobre os ombros dos explorados. Pode variar a forma, a intensidade e o ritmo, mas finalmente o conteúdo e as consequências sociais são os mesmos.

O reformismo cria a ilusão de que poderia ser diferente e mais conveniente se fosse o que faria um governo insensível à vida das massas. É na crise econômica que o Estado, os partidos e os governos evidenciam sua função de proteger os interesses gerais da classe capitalista. Os interesses particulares, portanto, de grupos, frações e companhias, entram na equação, mas como parte dos interesses gerais. Em hipótese alguma, podem prevalecer os interesses gerais dos assalariados e da maioria oprimida.

O PT agora foi forçado a vir para a oposição. Prepara-se para se reerguer por meio da candidatura de Lula. O envolvimento de todos os partidos e do próprio Temer na bandalheira das construtoras, da Petrobras, etc. amenizou o peso que a Operação Lava Jato despejou sobre o PT e o próprio Lula. De maneira que os petistas e aliados podem posar de oposição às reformas antinacional e antipopular dos golpistas.

A ideia é de que reformas precisam ser feitas, mas não como as de Temer que sacrificam apenas o povo. Faz parte do arsenal do reformismo a fórmula de que não somente os trabalhadores devem arcar com as medidas. Os capitalistas também precisam deixar de lucrar tanto e dar sua contribuição por meio de uma distribuição das perdas por toda a “sociedade”. Para o PT, o mal da reforma de Temer é que atinge apenas os trabalhadores. É com essa cantoria que os petistas se comportam como oposição burguesa. Por conservarem o hipócrita nacional-reformismo, não podem se colocar no terreno da classe operária e dos demais explorados. Não podem dizer que as reformas em andamento não nasceram das necessidades das massas.

A propósito, Dilma Rousseff fez uma confissão que setores da burguesia esperavam. Reconheceu, em um seminário, na Suíça, que se equivocou em promover as desonerações. Expli-

ministros e a implicação de outros que poderão cair comprometeram o vasto poder que teria o governo golpista. Mesmo assim, a burguesia admite e necessita de Temer para impor à força as brutais medidas contra as massas e o País.

A ofensiva da direita burguesa se baseia na classe média alta que se perfilou em torno do impeachment e no bloqueio sofrido pelo movimento operário pela burocracia sindical. As manifestações do dia 15 de março indicam uma resistência distinta da que o PT liderou no processo de impeachment. Os explorados sentem a necessidade de defender suas vidas se colocando contra a reforma da previdência e trabalhista. A organização do movimento nacional contra as reformas e pelas bandeiras de defesa do emprego e salário é o caminho para enfrentar o governo golpista, o Congresso Nacional oligárquico e barrar a ofensiva da reação.

“Eu acreditava que, se eu diminuísse impostos, eu teria um aumento de investimentos. (...) No lugar de investir, eles aumentaram a margem de lucro.” E conclui: “Numa crise todos precisam pagar (...).”

O governo petista decidiu desonerar os impostos sobre a folha de pagamento em 2011. No ano seguinte, os grandes capitalistas, incluindo as poderosas multinacionais, segundo estimativas de auditores fiscais, deixaram de recolher ao Tesouro Nacional R\$ 142,5 bilhões. Estava previsto, no período de 2011 a 2018, a perda de R\$ 458 bilhões. Mas não foi somente Dilma que desonerou. Lula deu aos capitalistas R\$ 43,5 bilhões. A diferença é que Dilma estava diante do precipício da crise. O Tesouro já não conseguia arcar com a alta do endividamento público, tamanha a perda de arrecadação agravada pela desoneração. As multinacionais e poderosos grupos nacionais foram beneficiados. Agora, o governo golpista que também depende desses mesmos capitalistas, apresenta a conta ao povo. A responsabilidade e a culpa recaem sobre os assalariados, que não fizeram senão produzir montanha de riqueza e aumentar o capital.

O PT na oposição comparece de cara sorridente diante das manifestações contra as reformas da previdência e trabalhista, como se não tivesse nada a ver com os planos burgueses de Temer. É necessário desmascarar o oposicionismo burguês do PT, apoiado até mesmo pela esquerda oportunista. Enquanto o PT e sua burocracia sindical estiverem à frente da resistência das massas, a traição será líquida e certa. É dever da vanguarda lutar por constituir uma direção revolucionária, que encarne as necessidades vitais da maioria oprimida e as transforme em reivindicações e estratégia proletária.



Exposta toda a podridão da política burguesa

Que partido se salva? Nenhum! Que grande nome da política está isento? Nenhum! Que partido é o maior responsável? Todos! Em resumo, é o que revela a lista do procurador geral da República.

A imprensa deu destaque a Lula e Dilma, mas o fato é que nomes como Aécio Neves, Aloysio Nunes e José Serra que vêm sendo protegidos por serem do PSDB foram denunciados como receptores de propina da Odebrecht. Cinco são ministros: Aloysio Nunes (PSDB), Eliseu Padilha (PMDB), Moreira Franco (PMDB), Gilberto Kassab (PSD) e Bruno Araújo (PSDB). Nos nove meses de governo golpista, caíram seis ministros. Constam ainda o presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia, e Eunício Oliveira, presidente do Senado.

Evidentemente, o Sr. Janot excluiu de sua imensa lista o presidente golpista. Lembremos que Marcelo Odebrecht relatou um encontro com Michel Temer no Palácio Jaburu, confirmando o seu envolvimento direto. O ministro Padilha também foi poupado, a acusação de Janot refere-se a um processo de crime ambiental. Não há testemunha mais autorizada que o ex-assessor de Temer e advogado José Yunes que afirmou ter servido de “mula” para as transações de Padilha. Destaca, entretanto, o nome do empresário Paulo Skaf, presidente da FIESP, que recebeu milhões como candidato a governador de São Paulo.

Em seu editorial, o jornal O Estado de São Paulo, estampou: “A lista da vergonha”. Acrescentamos a lista burguesa da vergonha. Mas a verdadeira vergonha é o editorial ter omitido a omissão de Janot do nome de Michel Temer e ter achado um motivo marginal para salvar o delinquente Padilha. A manipulação jornalística está de acordo com o compromisso da imprensa monopolista com o golpe e com o governo golpista.

O que acontecerá com a tal lista? Nada! A não ser selecionar alguns casos para se abrir processo. A montanha de nomes será usada para alongar e alongar as respostas do Supremo. Mas o fundamental está em que se está protegendo Michel Temer, apesar de todas as evidências. É assim que funciona a política burguesa em geral e as disputas de poder em particular. No final das contas, a podridão permanece e assume novas dimensões. A venalidade, o tráfico, a corrupção, o privilégio e a roubalheira são inerentes ao capitalismo e ao Estado.

O PT não poderia escalar os degraus do poder até a presidência da República sem se comprometer de corpo e alma com os poderosos grupos econômicos e com a burocracia estatal que é formada de várias quadrilhas. A grande mentira de que o PT tornou

sistemática a corrupção é posta a luz do dia pela lista incompleta de Janot e pela demonstração do patriarca da Odebrecht de que o caixa 2 de campanha eleitoral sempre funcionou. Os petistas não fizeram senão se lambuzar no mar de estrume existente.

O Judiciário, Ministério Público, Polícia Federal e imprensa monopolista querem que a população acredite que se está passando a limpo a política, depurando-a dos excessos e dando-lhe a pureza manchada pela corrupção.

Temer se reuniu com o ministro-juiz Gilmar Mendes para tratar da reforma política. Deu-se publicidade a Mendes que esteve à frente do golpe e cumpre o papel de defensor do governo golpista. Não há uma só instituição do Estado que não participou do processo de impeachment e não se comprometeu com entrega da presidência da República ao bando de corruptos do PMDB, PSDB e aliados.

A caça ao PT primeiro em torno do “mensalão” e depois do “petrolão” acabou por abrir em profundidade todo o tecido podre e necrosado. Os procuradores, juízes federais e policiais que constituíram a força tarefa da Operação Lava Jato se viram diante de uma extensão inesperada do envolvimento dos partidos no tráfico de influência, com a qual amealharam fortunas para suas campanhas eleitorais e sustentação de suas máquinas burocráticas, que não puderam limitar o cerco apenas ao PT. A lista do Janot se tornou inevitável. O que acabou por colocar mais próxima da verdade a real dimensão da delinquência política generalizada e assim diluir a responsabilidade do PT.

Sob a máscara do combate à corrupção, a burguesia, tendo à frente o capital financeiro, vem impondo aos explorados as reformas antinacional e antipopular. As manifestações do dia 15, apesar de deformadas pela presença da política de oposição burguesa do PT e aliados, mostrou o caminho que as massas deverão percorrer.

É preciso que a vanguarda deixe claro que o problema dos explorados não está na corrupção dos partidos burgueses, mas sim na ditadura de classe dos capitalistas e nos ataques que têm sido desfechados sobre os oprimidos. A classe operária se levantará contra os seus exploradores a partir de suas necessidades e reivindicações. Somente a revolução proletária limpará o País dos crimes de classe da burguesia. Destruindo a ditadura de classe da burguesia, se erradicará a corrupção como método de política. É dever da vanguarda de colocar-se sob a bandeira de “Abaixo o governo golpista de Temer! Por um governo operário e camponês!”

3 anos de Lava Jato: aumenta crise política no país

O encaminhamento dos pedidos de abertura de inquérito a quase cem políticos do alto escalão e mais de 200 enviados a instâncias inferiores acirrou a crise política, um dia antes das manifestações de 15/3 contra a reforma da previdência. Vazamentos veiculados pela imprensa apontam que os principais líderes dos maiores partidos do país estão sob a mira da Lava Jato, e aparecem nas delações premiadas dos 80 diretores da Odebrecht. Temer, o mais citado, não foi denunciado. Gilmar Mendes, do STF, já havia anunciado que qualquer procedimento jurídico relacionado ao presidente golpista seria político e teria de levar em conta a

estabilidade política necessária para aplicar as reformas antinacional e antipopular.

A cúpula do PMDB, principal partido denunciado, correu para recolocar em discussão na pauta a proposta de legalização do caixa 2 dos partidos nas eleições. O senador José Serra (PSDB) também se dispôs a ajudar a retirar a legislação eleitoral da Constituição, de modo a favorecer suas alterações pelo Congresso. Ambos buscam um meio de inocentar os investigados. Há ainda projetos que impõem prazos de um ano para as investigações da Lava Jato, restrições aos depoimentos coercitivos e limitações aos

acordos de delação e leniência (não se poderia prender com base exclusiva em delação).

Lula depôs ao Tribunal de Curitiba. Aproveitou para fazer um discurso emocionado. Mas prosseguem os trâmites para condená-lo e se guarda essa carta na manga contra sua candidatura para 2018. Lula ainda foi ao palanque na Avenida Paulista em 15/3 para tentar tirar o máximo de proveito eleitoral da situação. Embora seu governo tenha feito uma reforma da previdência e Dilma tenha tentado impor a idade para a aposentadoria pouco antes de ser cassada.

Renan Calheiros caracterizou que a ofensiva do governo para fazer a reforma da previdência a inviabilizou (destacou “o Brasil todo nas ruas” no dia 15), votou contra a colocação em regime de urgência do direito de greve, criticou a proposta de elevação do PIS e COFINS por Meirelles. Está expressando descontentamento de setores oligárquicos com os passos dados pelo governo golpista. A votação de medidas segue sendo com grande maioria, mas a fala do cardeal peemedebista expressa as contradições entre as frações no poder.

Enquanto a crise política se aprofunda, Temer vai aplicando medidas de favorecimento ao capital estrangeiro, tais como a privatização dos aeroportos (comprados por empresas europeias). O governo golpista se encontra muito desgastado entre as massas, mas se apoia nas pressões diretas e indiretas do imperialismo (a Lava Jato atua como instrumento disciplinador dos parlamentares ligados às frações burguesas nacionais), e principalmente na política de conciliação de classes das direções sindicais, que procuram se utilizar do descontentamento para pressionar por negociações de alteração dos projetos no campo dos ataques governistas.

A Lava Jato e a recessão brasileira

A crise mundial capitalista explodiu em 2008, nos Estados Unidos e Europa. O Brasil sofreu seu impacto, que pôde então ser amenizado com medidas governamentais de subsídio estatal às multinacionais e grandes bancos e ampliação do crédito popular. O PT conseguiu assim eleger Dilma como sucessora de Lula em 2010. Em 2014, os efeitos da crise econômica não puderam mais ser contidos. Manifestaram-se com força na queda das exportações e na produção industrial. A arrecadação do governo não seria suficiente para cobrir os gastos com o pagamento de encargos da dívida pública. O agronegócio e os serviços ainda mantinham o nível de emprego, mas passaram a sentir os efeitos recessivos. A Lava Jato passou a desenvolver uma linha de ataques seletivos ao governo, ao partido e a políticos petistas, acusados de corrupção na liberação de obras públicas para empreiteiras, em particular a Odebrecht, OAS, Camargo Correa, prestadoras de serviços da Petrobras. Dilma se reelegeu por pouco, mas teve de prometer ao mercado financeiro que realizaria o “ajuste fiscal”, entregue às mãos de Joaquim Levy, indicado pelo Bradesco. Aécio Neves (PSDB) lançou a campanha pela cassação da chapa Dilma-Temer e realização de novas eleições. Dilma chegou a cortar R\$ 80 bilhões em gastos para beneficiar o pagamento dos juros da dívida, mas esbarrou nas principais reformas ditadas pelo capital financeiro internacional. As sucessivas denúncias contra as empreiteiras e os petistas paralisaram completamente o governo. A paralisia da

Petrobras, maior empresa do país, e das empreiteiras, entre elas a Odebrecht, maior empresa privada, e OAS, terceira maior empresa, teve profunda repercussão na economia do país, acelerando as tendências recessivas. Combinaram-se a crise mundial, com o breque do comércio internacional, e a trava das maiores empresas nacionais. Assim, apesar do Brasil exportar uma fatia relativamente pequena de sua produção, sofreu com o baque das maiores empresas. Lembramos que no mais poderoso estado do país, São Paulo, o maior setor da economia é justamente o químico. Ao afetar ramos chave da economia brasileira, a recessão contaminou o restante da produção e distribuição, como ensina Marx. O Brasil mergulhou fundo na sua maior recessão.

A Lava Jato atuou para realizar o impeachment e disciplina as oligarquias

O vazamento de conversas entre João Machado e os oligarcas Sarney, Renan e Jucá revelou que a tese do impeachment com a instalação do governo de Temer já tinha ganhado a maior parte da burguesia. Tornava-se necessário concluir as negociações com o PSDB e setores do PMDB para levá-la à votação. Jucá chantageou o PSDB com as ameaças da Lava Jato. Mostrou que era preciso estancar a trajetória de denúncias ao PT e não afetar os caciques do PMDB e PSDB, assim como ministros do Supremo Tribunal Federal. A negociação entre Jucá e Serra e a reunião dos caciques do PSDB sob a direção de FHC selaram o “acordão”. A derrubada de Dilma estava sacramentada.

Mas a constituição do governo Temer não suprimiu a Lava Jato. Lembremos que a imprensa imperialista avalizou o golpe, mas apontou que era necessário ter um governo sem os envolvidos nos escândalos de corrupção: Jucá, Geddel, Padilha, Renan, Cunha, todos deveriam ser removidos. Isso porque avaliavam que a permanência desses crápulas reconhecidamente corruptos no governo poderia levá-lo à paralisia e conseqüentemente à impotência para realizar as reformas ditadas pelo capital financeiro.

A Lava Jato prosseguiu e tem conseguido derrubar um a um os oligarcas apontados pelo imperialismo como obstáculos ao bom andamento da governabilidade. A unidade burguesa é mantida por meio de interesses diretos (burguesia paulista atrelada ao imperialismo) e indiretos (oligarquias que podem ser atacadas pelas investigações). Enquanto isso, a Lava Jato ainda mantém a espada na garganta de Temer por vários meios potenciais à sua derrubada, no caso de não levar essas reformas adiante. É assim que se aprovaram diversas medidas de favorecimento ao capital estrangeiro, com destaque para a MP do Teto. Essa medida, anunciada mentirosamente como de contenção de despesas, é na verdade um mecanismo de liberação de despesas para com o pagamento da dívida pública, que ficará sem nenhum tipo de “teto”. E é recessiva para a economia, pois o Estado é o maior investidor na economia semicolonial brasileira e ficará sem capacidade de investir.

Um governo de crise tem de manter centralização burguesa ao redor das reformas antinacional e antipopular

No início deste ano, uma série de acontecimentos tem expressado as disputas interburguesas na base do governo golpista. A substituição de Dilma por Temer não freou a crise política.

A Lava Jato prosseguiu e tem conseguido derrubar um a um os oligarcas apontados pelo imperialismo como obstáculos ao bom andamento da governabilidade.

A morte de Teori Zavaski, relator da Lava Jato, levou à indicação do Ministro da Justiça, membro do grupo de Alckmin e advogado da organização criminosa PCC, Alexandre Moraes, ao STF. Ele será revisor da Lava Jato, enquanto uma manobra levou o ministro Fachin ao posto de relator (sua primeira atitude foi decretar sigilo sobre as delações premiadas). Indicou um fortalecimento no governo das posições alckministas. Mas também a continuidade da proteção do STF a Aécio Neves – recentemente mais duas acusações de corrupção foram arquivadas, uma a partir de delação de Sergio Santana e outra por Alberto Youssef.

A indicação do laráprio sarneysista Edson Lobão ao lugar de Presidente da Comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados, e com ele mais 11 investigados da Lava Jato, fortaleceu as posições oligárquicas nordestinas no parlamento. A eleição de Eunício de Oliveira na presidência do Senado manteve o controle dessa casa com os coroneis. Será um meio de contenção das pressões da Lava Jato e dos paulistas pró-imperialistas.

A saída de Moraes da Justiça criou um foco de disputa ao redor do cargo entre PMDB e PSDB, que perderia essa posição importante, pois chefia a polícia federal. O depoimento de Eduardo Cunha ameaçando Temer levou à indicação de seu afilhado político Osmar Serraglio (PMDB) ao ministério, onde assim poderá proteger o mafioso Cunha da polícia federal. E à nomeação de outro afilhado, Lelo Coimbra, para o posto de liderança “da maioria” na Câmara. Cargo criado somente para atender à demanda do grupo de Cunha. Não poderia assumir a liderança do governo porque este cargo já tinha sido negociado com o PP (Aguinaldo Ribeiro) em troca de apoio do partido malufista às votações dos projetos do governo.

A denúncia do MPF contra Sarney, Renan e Jucá por conspirarem contra a Lava Jato lança uma corda no pescoço de cardeais da oligarquia.

A nomeação por Temer de Moreira Franco, denunciado na Lava Jato, ao posto de Ministro, o protege do juiz Sergio Moro, pois adquire assim Foro privilegiado. Moreira Franco é o último

dos integrantes do grupo duro do governo Temer. Os demais foram defenestrados pela Lava Jato. A pressão do imperialismo via tribunal de Curitiba afeta também oligarcas do PMDB paulista pró-imperialista, que deve se disciplinar.

A Lava Jato denunciou o ex-governador Sergio Cabral e o empresário falido Eike Batista por operações em obras superfaturadas no Rio de Janeiro. Há grande interesse das empresas estrangeiras em assumir obras, produção, refino e distribuição de petróleo no maior produtor do país. Cabral está preso por conta de denúncias de corrupção local.

A saída de José Serra do governo indicou o enfraquecimento de seu grupo no governo. Serra pretendia participar das discussões e decisões do chamado núcleo duro do governo, mas nunca foi chamado. Ficou com um cargo decorativo. Sua saída logo após a nomeação de Alexandre Moraes para o STF caiu como uma retaliação.

O depoimento de Marcelo Odebrecht ao STE reafirmou a propina na forma de caixa dois ao PMDB. O assessor Luis Yunes, que fazia a entrega da propina em dinheiro a Temer e aliados, juntamente ao cassado Eduardo Cunha, livrou a cara do presidente acusando seu braço direito Eliseu Padilha.

Tudo isso tem revelado que prosseguem os conflitos entre as frações burguesas. Não é possível haver estabilidade do regime político sobre a base do avanço da crise econômica mais profunda no país. O governo golpista tem de negociar cada medida com as frações e bandos dos partidos burgueses oligárquicos. O custo dessas negociações recairá sobre os direitos sociais das massas. O Estado terá de impulsionar ainda mais seu aparato repressivo para impor as medidas ditadas pelo capital financeiro internacional. A única forma de defender a vida e o trabalho da maioria é com a unidade nacional grevista. É preciso construir a greve geral.

A corrupção é parte do Estado burguês e não será erradicada sob o capitalismo. As massas devem erguer seus Tribunais Populares e julgar a burguesia, seus partidos e governos corruptos de forma independente. Assim caminhará para a revolução proletária e constituição de um governo operário e camponês.

Um Conselho Universitário (C.O.) realizado sob a repressão da polícia sobre estudantes e funcionários, para impor o Teto do fim da USP

Este dia 7 de março ficará marcado na história da USP. O reitor Marco Antônio Zago chamou a polícia de Alckmin (PSDB), com sua Tropa de Choque, dispersar, por meio de bombas de efeito moral e de gás pimenta, e balas de borracha, um protesto pacífico que ocorria em frente ao prédio onde ocorreria a reunião do C.O. que votaria o Teto do fim do mundo da USP (aprovado com votação de 52 a 32, com duas abstenções). Centenas de estudantes e funcionários foram brutalmente agredidos por uma polícia que veio preparada para isso. Não adianta a declaração mentirosa do comando da PM afirmar que os policiais reagiram a pedras e paus atirados. Não foram apenas alguns policiais que estavam ali, e sim um aparato de forte repressão, preparado com antecedência. Pelo menos quatro estudantes e uma funcionária foram presos, alguns deles dentro do Hospital Universitário, onde foram internados por causa das agressões sofridas.

O representante da Faculdade de Educação no C.O. se recusou a participar da reunião, que não poderia fechar os olhos para a violência contra estudantes e funcionários, como se

nada tivesse acontecido. Ele testemunhou que não havia nenhuma violência da parte dos manifestantes quando entrou para a reunião, e que ninguém o impediu de entrar. A violência partiu da PM, organizada para o objetivo de dispersar uma manifestação democrática e pacífica, e garantir que o C.O. acontecesse ainda que com estudantes e trabalhadores sob as botas da polícia.

A violência da reitoria e do governador (que comanda a polícia) se explica pelo fato de haver ampla rejeição à proposta de impor o Teto do fim do mundo na USP, até mesmo de alguns membros da própria burocracia que maneja a USP. Esse Teto levará a milhares de demissões de funcionários (cerca de 5 mil), congelamento salarial, não contratação de professores e funcionários, possível demissão de professores, contratação de temporários sob contrato precário, ampla terceirização, não pagamento de horas extras, dentre outras. Enquanto isso, as contas da USP permanecem sob sigilo e controle da casta burocrática que a dirige, os supersalários e salários multiplicados continuam sendo pagos, as obras de necessidade questionável e orçamen-

to superfaturado continuam etc. Faltam vagas de moradia, nas creches, nas disciplinas a serem cursadas, faltam bolsas, vagas especiais para mães estudantes etc. Esse é o lema do reitor e do governador: aos amigos, tudo; aos demais, sacrifícios, demissão e repressão.

Não é possível admitir que uma minoria corrupta e autoritária imponha sua vontade contra praticamente todos, sobre a base da brutal repressão policial.

Está colocado um movimento unitário de todos os que estudam e trabalham para por fim à ditadura de Zago/Alckmin na USP. Que paralise as aulas e demais atividades para permitir a mais ampla mobilização. Que vá às ruas e busque apoio da população assalariada. Que vá aos movimentos sociais pedir seu apoio e unidade.

É preciso responder imediatamente a violência de Zago/Alckmin: convocar assembleias dos três setores em todas as uni-

Rio Grande do Norte

Campanha salarial: direção da ADUERN secundariza luta pelos direitos da categoria em pról da disputa pelas eleições a Reitor

Ocorreram várias assembleias onde a direção da Aduern (dissidentes do PT e PCdoB) sequer pautou a campanha salarial. A organização da categoria para a paralisação do dia 15 de março foi pautada 05 dias antes, apesar da Corrente Proletária na Educação/CPE-POR ter lembrado por no mínimo duas oportunidades em assembleia de base da categoria.

O problema foi que a direção da Aduern priorizou a organização de debates por todos os campi da UERN pela disputa das eleições para reitor, e abandonou a luta contra a reforma da previdência de Michel Temer (PMDB) e os ataques do governo do Estado Robinson Farias (PSD/PCdoB) contra o funcionalismo da UERN. São salários atrasados e pagos em duas parcelas, proposta de aumento da contribuição da previdência, arrocho salarial, retirada do plano de saúde, enfim, uma investida brutal contra as condições de trabalho docente e a direção preocupada com as eleições para reitor.

A direção da Aduern é formada pelos docentes que romperam

Rondônia

VOLTAR À GREVE! DEFESA DO DIREITO IRRESTRITO AO QUINQUÊNIO!

Companheiros, o que significou a trégua que foi dada para o prefeito com a suspensão da greve? Que resposta ele nos deu?

Para nós, trabalhadores do município, só nos interessa uma resposta que volte integralmente o nosso direito como era antes da lei maldita que foi sancionada pelo prefeito de retirada do quinquênio. Não aceitaremos nenhuma alteração. Ou o prefeito revoga essa lei ou esse movimento grevista fará Porto Velho parar por tempo indeterminado até a revogação. Não aceitaremos nenhuma manobra do prefeito com a colaboração feita por burocratas sindicais às nossas costas.

Pelas experiências que se têm se materializado, essa trégua só serviu para tentar enfraquecer o movimento que estava forte e ganhando visibilidade no município e para que a prefeitura pudesse arquitetar uma maneira de manter esse ataque aos 13 mil servidores com a colaboração das direções sindicais.

Cadê a determinação da justiça de que a prefeitura tinha de pagar em trinta dias os quinquênios depositados em juízo dos 6 mil servidores? Não existe e até o momento nada!

É por isso que eles só nos atendem quando paramos de tra-

dades; convocar assembleias extraordinárias das organizações gerais sindicais e estudantis (a Adusp já está convocando para o dia 9); organizar uma grande assembleia geral universitária (dos três setores), que apure e julgue de forma independente a reitoria e seus lacaios, assim como realize uma investigação independente das contas da USP, elabore um orçamento que atenda às reais necessidades e ponha fim a todo privatismo, favorecimento e corrupção. Que garanta a aplicação desse orçamento (que deve ser integralmente suprido pelo Estado), por meio de um Governo Tripartite (dos três setores), eleito por voto universal e com mandato revogável, subordinado à assembleia geral universitária. O reitorado é o instrumento de imposição do privatismo e terceirização na USP; ponhamos fim a ele e construamos nossa democracia e autonomia universitárias, colocando a USP ao lado dos explorados contra os exploradores.

com o PT e PCdoB. Entretanto, mantiveram as ideias políticas do PT e PCdoB. Estão esperançosos que o governo do Estado forneça 7.64% para a categoria, correspondente a inflação do ano passado sem que os docentes precisem ir à luta, bastando para isso arremeter argumentos que convençam o governo do PSD/PCdoB. Acreditam que vão conseguir defender a UERN com a Frente Parlamentar formada com políticos burgueses e pró-burgueses (Larissa Rosado/PSB, Mineiro/PT e Souza/PHS). Ou seja, priorizam a disputa através das instituições burguesas ao invés da ação direta das massas nas ruas.

A Corrente Proletária na Educação/CPE-POR, Oposição Revolucionária, tem realizado um enfrentamento contra as políticas da direção. Tem tentado impulsionar a luta dos docentes e defendido a formação de uma fração revolucionária no seio da categoria que possa romper com essa política de conciliação sindical com as instituições burguesas e a própria classe capitalista.

balhar. E é por isso que não devemos arredar o pé, só o nosso combate coletivo que trará resultados a nosso favor.

Ameaças sempre virão, mas nós somos maiores do que o prefeito e os vereadores. Não podemos ceder nenhum milímetro em nossos direitos. Com as ações coletivas, o combate tem de ser forte com táticas concretas de ocupações de prédios públicos, bloqueios de ruas e avenidas. Só com essas ações o prefeito vai recuar, só assim ele vai tirar as mãos de nossos salários e de nossos direitos!

Nossa luta é justa. É defesa de direitos da nossa vida e da vida das futuras gerações do município e do estado e do país. Estamos na defesa de direitos conquistados por lutas de gerações passadas e que, hoje, o presidente, os governadores e os prefeitos estão tentando retirar para salvar os capitalistas dos efeitos da crise econômica.

***Não pagaremos pela crise dos capitalistas!
Pagamento integral dos quinquênios
(os atrasados e os que virão)!
Greve Geral do funcionalismo!***

A burguesia, o governo e o Estado não farão nada contra os crimes da ditadura Estuprador é inocentado

A publicação do resultado do processo contra o torturador Antonio Waneir Pinheiro Lima, no Dia Internacional da Mulher, foi uma clara provocação. Mas não se podia esperar outra coisa da justiça burguesa.

O juiz federal Alcir Luiz Lopes Coelho, da 1ª Vara de Petrópolis, decidiu em sua sentença pela absolvição do ex-militar acusado de ter torturado e estuprado Inês Etienne Romeu, presa política. Militante da Vanguarda Popular Revolucionária (VPR) foi levada à “Casa da Morte”, em Petrópolis, assim conhecida por ter sido um centro clandestino de interrogatório, sevícia e assassinato de opositores à ditadura que pegaram em armas. Inês escapou da morte, mas ficou marcada pela tortura e estupro. Reconheceu Antonio Waneir Pinheiro Lima como seu algoz.

A alegação do juiz de que não houve provas para condenar o estuprador é descaradamente vergonhosa. A história da prisão e tortura de Inês é uma das mais trágicas. Foi a única prisioneira a sobreviver à Casa da Morte. Dependeu dela para se desvendar até onde chegaram os militares vinculados ao Centro de Informação do Exterior (CIEEX). O objetivo do aparelho clandestino de Petrópolis era o de levar os prisioneiros até a morte. Não deveria sobrar ninguém para testemunhar a tortura, os estupros e o sadismo. Se é que se pode dizer assim, somente por sorte Inês não teve o mesmo destino dos demais prisioneiros. Mas se nota pelo relato dos acontecimentos que os torturadores a guardaram para o final e por injunção do momento político acabou tendo “sorte”.

Inês foi presa em São Paulo, em uma operação sob o comando do delegado Sérgio Paranhos Fleury, em maio de 1971. Enfrentou a primeira tortura no “pau-de-arara”. Levada ao Rio de Janeiro para delatar companheiros, Inês se jogou debaixo de um ônibus. Sobreviveu. Recuperada no hospital militar, foi conduzida à Casa da Morte. Padeceu meses de sevícia, nas mãos do capitão Freddie Rodrigo Pereira. Dada como morta, a família requereu o corpo ao general Silvio Frota, homem forte da ditadura. Parece que esse episódio deu-lhe sobrevida.

Segundo seus relatos, o capitão Freddie lhe induziu a cometer um suicídio como o da tentativa fracassada. Inês fingiu aceitar e aproveitou a cena pública para denunciar às pessoas que circundavam o local onde se daria o suicídio, gritando aos berros por socorro. De volta ao aparelho de Petrópolis, passou por novos martírios. É bem provável que os militares temeram o seu assassinato. Finalmente, em novembro de 1971, sua prisão foi oficializada e a justiça militar a condenou à prisão perpétua. Em 1979, já sob a diretriz da abertura lenta e gradual do general Ernesto Geisel, Inês foi solta. Guardou os codinomes dos seus sequestradores e detalhes que permitiram a reconstituição do quadro figurante da “Casa da Morte”.

Em novembro de 2014, Antonio Waneir Pinheiro Lima foi encontrado pela justiça no processo político do “Direito à Verdade e à Memória”. Alegou que não poderia estuprar a prisioneira porque sua função era apenas a de segurança do local.

Assim, constou a palavra de torturador contra a da torturada. A verdade do estuprador acabou prevalecendo sobre a verdade da estuprada.

Em 2009, foi realizada uma solenidade em que o governo Lula entregou-lhe um prêmio que correspondia precisamente ao “Direito à Memória e à Verdade”. Agora, com a sentença da Justiça Federal que inocenta o sequestrador, fica bem visível toda a teatralização do movimento do “Direito à Memória e à Verdade”.

Em 2003, Inês Etienne foi golpeada na cabeça por um suposto marceneiro em seu apartamento. Sofreu traumatismo craniano. Mais uma vez escapou com vida. Morreu em abril de 2015 aos 72 anos de um infarto. Certamente, seu organismo estava ressentido de tanta violência.

A absolvição do estuprador foi seguida de um comentário de sua irmã Celina Romeu: “É o velho machismo de sempre. Eles mataram Inês diversas vezes: seu corpo, sua reputação. Agora é a palavra dela que não valeu nada. Quanto ao juiz, tenho pena por ele ser pessoa tão pequena. Ele não julgou uma ação. Tomou uma posição política”.

Recorremos a essa declaração pela importância que tem o acontecimento para luta contra a ditadura de classe da burguesia. Não foi o “velho machismo” que negou a verdade, mas sim um juiz comprometido com a ditadura militar e com seus crimes. Nenhum torturador, assassino e estuprador de presas políticas foi penalizado. O certo da declaração é que o juiz Alcir Luiz Lopes Coelho “tomou uma posição política”. Seguiu o que já se tinha feito com a anistia aos criminosos da ditadura. Houve uma absolvição geral dos brutais torturadores e sanguinários. Todo aparato montado em torno da Comissão da Verdade não serviu senão para pôr no esquecimento os reais acontecimentos.

Estivemos e estamos diante da política de passar uma borracha. As indenizações foram a forma burguesa encontrada para a justiça. Comprar o passado. Assim se ocultou que não se tratou apenas de um crime da ditadura e de responsabilização do Estado, mas de uma forma de guerra da burguesia contra a vanguarda combatente, a classe operária e os camponeses pobres. A tortura, assassinato e estupros são meios utilizados na guerra de classe. Eis por que defendemos que somente um Tribunal Popular criado pela classe operária em combate poderia passar a limpo a violência contrarrevolucionária, que se manifestou na forma do golpe militar em 1964.

Temos críticas contundentes ao método de luta do foquismo, forma que tomou a resistência armada à ditadura, mas nunca deixamos e não deixaremos de defender a memória daqueles que tombaram combatendo o regime dos generais. A vida militante de Inês Etienne Romeu é exemplar. Sua resistência diante dos torturadores e de seu estuprador permitiu que finalmente revelasse a verdade da “Casa da Morte”. O que não dependeu de nenhuma Comissão da Verdade. Temos absoluta convicção de que a revolução proletária porá tudo à luz do dia e punirá os crimes de classe da burguesia.

Nesta edição:

- Bolívia: Governo impede a realização do Congresso da COD de La Paz.
- Argentina: Macri não será derrotado com eleições, mas na rua com a política operária.
- Chile: Construir o Partido Revolucionário da classe operária e camponesa.
- Holanda: Realizadas as eleições legislativas.



Artigos das Seções

Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional

Bolívia

Governo impede a realização do Congresso da COD de La Paz

O Congresso ia se realizar em um momento que o descontentamento dos trabalhadores fabris se voltava contra o governo. Produto dessa situação é a tese política aprovada na XLIV Conferência da Federação dos Fabris de La Paz, na qual se assinalou que o fechamento da ENATEX desmascarou o governo do MAS, expondo seu caráter antioperário e como herdeiro natural da velha política rentista e entreguista dos governos anteriores. Assim assinala: *“O MAS é a nova direita, que representa de maneira mais cínica os interesses das multinacionais, da oligarquia latifundiária de Santa Cruz, da velha e nova burguesia que nasceu na sombra da corrupção do aparato estatal”. Rompe com a impostura masista, indicando que o “objetivo estratégico é o da implantação do governo operário e camponês, de todos os explorados e oprimidos do país, a instauração de uma nova sociedade baseada na propriedade social dos meios de produção, isto é, do socialismo”. (...) “Proclamamos a necessidade de recuperar nossa total independência sindical e política diante de todas as expressões da burguesia”.*

O governo e seus asseclas, alertados pela informação de que se tinha conseguido um acordo entre operários fabris e setores do magistério de La Paz e trabalhadores da CNS para apoiar esse documento no Congresso da COD, decidiram tomar o controle do mesmo a qualquer preço, recorrendo a todas as manobras possíveis, apoiando-se na burocracia sindical da Federação de Mineiros, da COD e de sindicatos de Colquiri.

Orlando Gutierrez, da Federação de Mineiros, e Eleuterio Mamani, do Sindicato de Colquiri, divulgaram a versão de que os mineiros iriam reivindicar para si a Secretaria Executiva da COD. Assim o governo pretendia cooptar esta direção sindical e colocar à cabeça algum trabalhador títere, apoiando-se na representação burocrática dos mineiros de Colquiri, violentando os estatutos que assinalam que a cabeça da COD corresponde aos fabris.

Assumindo o controle da Comissão de Credenciamento, pretenderam manipular o credenciamento dos delegados por setores para favorecer o bloco oficialista, mas se depararam com

pretenderam manipular o credenciamento dos delegados por setores para favorecer o bloco oficialista, mas se depararam com uma forte resistência e repúdio às suas manobras. Em resumo, se deram conta de que não iam conseguir garantir o controle do Congresso.

uma forte resistência e repúdio às suas manobras. Em resumo, se deram conta de que não iam conseguir garantir o controle do Congresso.

O governo, então, decidiu impedir a realização do Congresso. *“Não queremos uma direção trotskista, senão vamos à merda, não podemos permitir isso”* – foi o que disse Orlando Gutierrez.

No dia 8, às 8 horas da manhã, iniciaria o Congresso. Os delegados, porém, se depararam com as portas fechadas do Coliseo de Caranavi, onde ocorreriam os trabalhos. A reação dos operários foi a de entrar de qualquer maneira. Forçaram a fechadura de uma porta lateral e entraram no local.

Imediatamente, a polícia se pôs a bloquear a porta pela qual entraram os trabalhadores. Uma funcionária da prefeitura de Caranavi disse que emprestaram o Coliseo para que se fizesse o evento e não para desmandos. O Coliseo foi fechado à espera da chegada do fiscal, para sancionar aqueles tinham quebrado a fechadura de uma das portas laterais, por onde entrou um grupo de trabalhadores enquanto que os mineiros e outros setores esperavam lá fora na porta principal.

Assim, a mão suja do governo impediu o início do Congresso. Justificou que devido ao problema de organização não se conseguiu reunir o plenário para formar o Presidium e prosseguir com o desenvolvimento do Congresso. A executiva da COD, em entrevista à imprensa, anunciou a suspensão do evento por 90 dias, por falta de garantias a sua pessoa, o que causou confusão nos delegados que decidiram se reunir mais tarde com os diferentes representantes de setor, sob a direção de David Ramos, para assumir uma resolução conjunta. A reunião, depois de intensa discussão, decidiu dar à COB a incumbência de convocar um Ampliado de emergência dentro de seis dias, para posteriormente, e urgentemente, reorganizar o Congresso na cidade de La Paz.

Mitima da COB é outro agente do governo. Nada de bom se pode esperar da burocracia da COB.

(Extraído do Jornal Massas, nº 2483, órgão do Partido Operário Revolucionário da Bolívia)

Argentina

Macri não será derrotado com eleições, mas na rua com a política operária

Todos nossos prognósticos acerca das medidas que adotaria o governo e suas consequências se confirmaram.

Não há espaço suficiente para denunciar todos os fatos que conhecemos e ninguém sabe qual o espaço necessário para tudo aquilo que não se conhece. Estamos fartos da politicagem burguesa e do nefasto controle das máfias capitalistas sobre os meios de comunicação, que escondem o que ocorre, trabalham para confundir, propagandear as campanhas do governo, paralisar e dividir os que rejeitam sua política.

Uma infinidade de provas demonstra que um pequeno grupo de empresários se beneficiou escandalosamente da ditadura militar com negociatas, desvalorização da dívida externa e, posteriormente, com as privatizações massivas do governo Menem. Negociatas que jogaram o País no buraco. Abundam denúncias e provas. Entretanto, nem a justiça, nem o Congresso, nem os governos democráticos que se sucederam colocaram fim ao saque. Seus crimes não são punidos. É evidente que as instituições da burguesia são impotentes para acabar com o saque e recuperar o patrimônio. Estas instituições estão francamente a serviço desses grandes capitalistas e do imperialismo que sangram a nação.

Por isso, não se deve esperar nada dessas instituições. Sob a democracia, em nome dos votos, consumaram-se ataques terríveis às condições de vida das massas, entregaram-se as empresas nacionais e os recursos, evadiram-se milhões de dólares e concentrou-se aceleradamente a grande propriedade em mãos de menos pessoas.

Não se deve esperar nada de nenhuma fração da burguesia

Um setor das massas foi ganho pelo discurso reacionário, de direita pelo fracasso do kirchnerismo e seus desastres, que potenciaram a oposição direitista que, pela primeira vez, chega ao governo pela via eleitoral. Agora, esse apoio entrou em crise devido aos ataques massivos que golpeiam a maioria e não distinguem eleitores de um ou outro setor.

Os meios de comunicação e os politiquinhos querem continuar enganando as massas com as antinomias peronismo-antiperonismo, kirchnerismo-antikirchnerismo e, agora, com o macrismo-antimacrismo, empurrando a população a que resolva nas urnas “pela volta ao passado” ou “apostar na esperança”, ou por “obrigar a mudar o rumo do governo” ou “contra o neoliberalismo”.

A verdadeira polarização que aparece no fundo é a polarização social, entre uma minoria que, de um lado, se torna cada dia mais rica e poderosa, que se utiliza das alavancas do Estado para se enriquecer mais ainda, que rebaixa os impostos para os mais poderosos, que envia milhões de dólares para o exterior,

que libera as importações sem medir as consequências e que maneja o governo como um mero negócio. De outro lado, a maioria da população que não recebe o mínimo indispensável para sobreviver, que não suporta a redução ainda maior dos salários e aposentadorias, tem seus trabalhos precarizados, arca com as demissões e as suspensões no emprego, que tem de pagar caríssimo pelo pão, leite, passagem, gás, eletricidade e assiste à redução do orçamento da saúde e educação que se deterioram todos os dias. E, quando protestam, são reprimidos e ameaçados. Esta polarização social vem de longe, mas, se aprofundou rapidamente nos últimos 15 meses.

A resposta política tem de corresponder a este diagnóstico da bancarrota social em que se vive. Num país com grandes recursos, cresce a pobreza, a fome e a desnutrição, aumenta o desemprego e o subemprego. Uma década de elevado crescimento econômico serviu para tornar os ricos mais ricos, para continuar acumulando escandalosamente e realizar o pagamento mais servil da dívida externa de toda a história da Argentina, no montante de 200 bilhões de dólares. Nada disso serviu para acabar com o emprego informal, com os salários miseráveis e com a pobreza. Não há que esperar nenhuma

saída dos que comandaram o governo por 12 anos, com maioria legislativa, grande maioria de governadores e não resolveram nenhum dos problemas estruturais do país. 12 anos! Hoje, como opositores, bloqueiam as lutas, contribuem para o seu isolamento, para fortalecer sua “saída” no terreno eleitoral. E, no comando dos governos estaduais, são porta-vozes da política macrista: Urtubey em Salta, Alicia Kirchner em Santa Cruz, Rosana Bertone em Tierra del Fuego, entre outros.

A classe operária deve encabeçar a resposta de classe que a sociedade precisa

A classe que liderou o enfrentamento à ditadura militar, que enfrentou o menemismo e que, agora, está enfrentando este governo é a classe operária, com seus próprios métodos. Se não conseguimos dar uma perspectiva política à luta sindical, nos limitaremos a combater os sintomas, que voltarão agravados se não atacarmos as suas raízes. A luta sindical contra as demissões, por melhores reajustes nas negociações, por brecar a destruição dos acordos coletivos e por recuperar sindicatos devem servir para avançar na unidade do movimento operário e na compreensão de que só no marco da economia planejada é possível acabar com o desemprego e a carestia de vida.

Em 2001, já estávamos fartos da politicagem e da burocracia quando se levantou a famosa consigna popular: “que se vão todos”. Passaram-se 15 anos e podemos constatar que ficaram todos. É necessário assimilar muito bem a experiência de todos estes anos para não cair novamente na mesma cilada.

A luta sindical contra as demissões, por melhores reajustes nas negociações, por brecar a destruição dos acordos coletivos e por recuperar sindicatos devem servir para avançar na unidade do movimento operário e na compreensão de que só no marco da economia planejada é possível acabar com o desemprego e a carestia de vida.

Os trabalhadores têm sua própria via. Sempre fomos governados por variantes da mesma classe, a burguesia. Sob formas ditatoriais ou democráticas, com governos neoliberais ou nacionalistas, todos defendem o regime da propriedade capitalista dos meios de produção, todos defendem o capitalismo como o sistema onde se deveria resolver todos os problemas da sociedade.

O capitalismo está esgotado, em franca decomposição. Crescem as guerras e a fome se generaliza no mundo. Crescem as migrações massivas de um continente a outro tentando escapar da barbárie. O capitalismo se desintegra e aparecem expressões da direita, tendências fascistas que emergem do desespero por não conseguir conter a crise estrutural do sistema. Se essa situação perdurar, os males da sociedade se agravarão ainda mais.

A classe operária é a única classe portadora de um regi-

Chile

Construir o Partido Revolucionário da classe operária e camponesa

A crise econômica por que passa o Chile afeta a mineração, construção civil, serviços, pesca, campo, extrativismo vegetal, etc. No ano de 2016, as estatísticas registraram, em nível nacional, 1.261.853 pedidos de seguro desemprego, que foram aprovados. 46,3% corresponderam a contratos por tempo indeterminado, o que representa 585.386. 53,6% com contratos efetivos representam 676.467 trabalhadores. Esta situação é agravada pela alta taxa de desemprego, pelos empregos precários, como é o caso dos autônomos, do comércio ambulante, da prostituição e daqueles que indicam uma total degradação humana, como é a prostituição infantil masculina e feminina e a delinquência juvenil. Essa tem sido a via de enfrentar o flagelo da fome.

É isto que a sociedade capitalista tem a oferecer. A reação espontânea e instintiva dos despossuídos é de desconfiança absoluta nas leis aprovadas pela burguesia no Parlamento. Os politiquieiros servem à classe dominante, por muitos anos, têm vendido ilusões aos desamparados. Quem se beneficia, de fato, são os charlatães que detêm o poder. É isso que determina o total rechaço da população à politicagem burguesa e pró-burguesa.

O Partido Comunista do Chile (PCCH), que na sua história traiu a classe operária e o povo chileno, na atualidade, coletou assinaturas de cerca de 3.600 pessoas para se reinscrever como partido. Número esse distante dos mais de 18.000 que exige a Lei de Partidos, cujo prazo expira no mês de abril. Destacamos que, na década de 60 do século passado, o Partido Comunista contava em suas fileiras com cerca de 80.000 trabalhadores. Hoje perdeu a sua influência nos setores como servidores públicos, federações de es-

me social distinto, o socialismo, que reorganizará a sociedade sobre novas bases. Para que consiga chegar ao poder, precisa conquistar sua independência política, construir seu partido revolucionário, dirigir o conjunto dos oprimidos. Não há outra via para liquidar a burguesia e sua ditadura de classe que não seja a via da revolução social. Insistimos, não há outra via para começar a construir o socialismo. A 100 anos da grande revolução russa, seus principais ensinamentos continuam vigentes. Nossos aliados são os operários e camponeses da América Latina, que também lutam para se livrar da insuportável opressão imperialista. Nossa perspectiva são os Estados Unidos Socialistas da América Latina, sobre a base de governos operário-camponeses (da maioria oprimida da cidade e do campo) que resultará de cada revolução.

(Extraído do Jornal Massas, nº 322, órgão do Partido Operário Revolucionário da Argentina)

tudentes, educação, saúde, etc. Esta situação se estende a todos os partidos burgueses e pró-burgueses que alimentam a ilusão de formar frentes amplas, incluindo pseudo-trotskistas, que apesar de abandonar a sua posição centrista, como exige a Lei, como é o caso do Partido dos Trabalhadores Revolucionários (PTR), cuja debilidade orgânica e programática os condenam à sua desintegração, tal como ocorreu com o Movimento ao Socialismo (MAS), organização originária da qual provêm, e que se gestou ao final dos anos 80.

Nossa proposta é formar o Partido Operário Revolucionário, com caráter e com uma consequente e abnegada agitação política nos centros operários, estudantis, populares, nos serviços de educação, saúde e que avance nos centros operários. Com uma férrea disciplina na criação de uma organicidade partidária que elabore as políticas estreitamente ligadas com as massas operárias e populares, conseguindo estabelecer células do partido em todo o país. Para concretizar esta proposta, chamamos a se somarem a essa tarefa revolucionária todos os militantes que honestamente atuam nos pequenos círculos de esquerda, cuja política não desenvolve a independência de classe do proletariado diante da burguesia e do imperialismo.

Nossa orientação é a de criar o partido revolucionário, que seja independente dos interesses da classe burguesa e de sua politicagem, para converter o partido no estado-maior da classe operária, e assim avançar para revolução proletária, que dará lugar a um governo operário e camponês.

(Extraído do Jornal Lucha Obrera, nº 28, março de 2017, Comitê Constructor do Partido Operário Revolucionário do Chile)



Lucha Obrera
 CC / Partido Obrero Revolucionario (POR), Sección Chilena CERC
 coporch@hotmail.com - www.tendenciasocialrevolucionaria.wordpress.com
 No. 26, marzo 2017. Precios de adhesión y de solidaridad desde \$ 300.-

Obreros de La Escondida ponen de rodillas al empresariado minero

Cerca de 2 mil obreros y empleadas de este importante yacimiento cuprífero, el más grande del país, paralizaron sus actividades laborales por cuestiones económicas, exigiendo cambios en el sector minero, tanto privado como estatal.

Por otra parte, obreros de la misma Empresa minero, pero en Antofagasta, Tarapacá y el mismo sector de la minería a cielo abierto, lo que ha dejado un estancamiento que ha afectado a las trabajadoras, sea del país que sea, tienen las mismas demandas, entregando una sección de unidad internacionalista. Por lo que una vez que en uno de estos países, se realice el triunfo de la minería, abrirá las puertas a la lucha revolucionaria por el socialismo, lo que revolucionará y mejorará la minería para la clase obrera, sería una hermosa victoria de la democracia proletaria.

8 de MARZO: Día Internacional de la Mujer Trabajadora

La participación de la Mujer es fundamental para la liberación y el triunfo de la revolución proletaria!

147 AÑOS DE LA COMUNA DE PARÍS

El primer insurrección de 1871 en la ciudad francesa de París, fue el primer ejemplo del proletariado de un mundo de combatir un régimen político y social, en que se aplicó la teoría del momento, y que trajo adelante por la necesidad. Los obreros parisinos lucharon hasta el 28 de marzo de 18 de mayo. El primer intento proletario de dar vida a una revolución para dirigir el trabajo y elegir una primera asamblea proletaria.

¡UNETE AL PARTIDO OBRERO REVOLUCIONARIO (POR)!

Nossa orientação é a de criar o partido revolucionário, que seja independente dos interesses da classe burguesa e de sua politicagem, para converter o partido no estado-maior da classe operária, e assim avançar para revolução proletária

Realizadas as eleições legislativas na Holanda

O nacional-chauvinismo exige resposta do proletariado

Realizadas as eleições legislativas na Holanda, o *Partido Popular para a Liberdade e Democracia* (VVD), do primeiro-ministro, Mark Rutte, venceu o *Partido para a Liberdade* (PVV), do direitista Geert Wilders. Em uma das eleições com maior número de votantes na história do país, mais de 10 milhões (77,7%), dos 13 milhões de habilitados, concorreram às urnas.

Os “liberais” do VVD venceram com 21,3%, conquistando 33 assentos dos 150 em disputa. O PVV obteve 13,1% dos votos e 20 deputados. Os partidos *Apelo Cristão-Democrático* (CDA) e *Democratas 66* (D66) conquistaram 12,4% e 12,1% respectivamente, alcançando cada um 19 assentos. Enquanto que a *Esquerda Verde* (GL) somou 9% dos votos e 14 deputados, e o *Partido Socialista/SP* obteve 8% e 14 cadeiras parlamentares. Finalmente, o *Partido Trabalhista/PvdA* alcançou 6% e 9 deputados.

A imprensa monopolista trabalhou a favor do VVD, colocando o confronto como se tratando da luta entre “democracia” e “nacionalismo eurocético”. No mesmo sentido, agiram os governos da França (François Hollande) e da Alemanha (Angela Merkel) apoiando Rutte e alertando para as terríveis consequências de uma vitória de Wilders para a Europa e o país.

A vitória do VVD, no entanto, não oculta sua desagregação eleitoral em favor de outros partidos, fundamentalmente do PVV. Perdeu 8 deputados em relação às eleições anteriores. Enquanto socialistas (SP) e socialdemocratas (PvdA) perderam 1 e 29 deputados, respectivamente.

Apesar de perder, o PVV de Wilders conquistou 8 deputados a mais e sua política xenófoba e chauvinista tem ampliado sua base social. Também aumentaram sua bancada parlamentar os cristãos-democráticos, conquistando mais 6 deputados e os democratas (D66), mais 7. Ambos os partidos refletem uma virada de setores da classe média para posições que reivindicam uma política de reformas e ampliação dos direitos das minorias. Tratam-se ainda de legendas decisivas na hora de se formarem as alianças parlamentares, necessárias para constituir uma coalizão de governo. O que coloca o VVD na dependência de aliados que facilmente podem abandonar o governo ou se aproximar dos direitistas, se a crise política acirrar.

Sem dúvida, a queda dos socialdemocratas foi destaque na situação: despencaram de 25% nas eleições anteriores para 6%. Trata-se de um fenômeno de escala europeia. Após a 2^{da} Guerra Mundial, a socialdemocracia holandesa integrou governos de coalizão nos 38 dos últimos 70 anos. Coligados aos

“liberais”, apoiaram a reforma previdenciária (aumento da idade mínima de aposentadoria), eliminação de subsídios sociais, cortes nos serviços públicos, flexibilização capitalista do trabalho, etc., o que levou um setor de seu eleitorado histórico a rejeitá-los.

Como se vê, as eleições demonstraram que está em andamento uma divisão no seio da burguesia imperialista europeia sobre quais os métodos e as formas de prosseguir com as medidas que atacam os explorados e suas condições de vida.

(...) as eleições demonstraram que está em andamento uma divisão no seio da burguesia imperialista europeia sobre quais os métodos e as formas de prosseguir com as medidas que atacam os explorados e suas condições de vida. Tendência essa que ainda se processa no campo da disputa inter-burguesa e através das instituições democráticas. (...) ainda não estão dadas as condições sociais para a burguesia monopolista percorrer o caminho de erguer uma centralização autoritária e policial contra os explorados e suas organizações de massas.

Tendência essa que ainda se processa no campo da disputa inter-burguesa e através das instituições democráticas. Mas também pelo fato de que ainda não estão dadas as condições sociais para a burguesia monopolista percorrer o caminho de erguer uma centralização autoritária e policial contra os explorados e suas organizações de massas. Tudo indica, porém, que essa é a tendência.

Em meio a essa contradição, se realiza a radicalização política de amplas camadas da classe média. Na ausência da direção revolucionária e do proletariado, esse processo empurra um setor da classe média aos braços das variantes reformistas de esquerda. Enquanto outro setor avoluma a base social dos partidos que expressam, na situação, as tendências fascizantes de um setor dos monopólios e

das massas desesperadas.

Está aí por que a vitória do VVD não significa, em modo algum, um avanço dos governos europeus na defesa da unidade da União Europeia (UE), da democracia e dos direitos das minorias, como foi interpretado. Na Holanda, 86% da população, convencidos pela direita xenófoba, veem um perigo na imigração, especialmente muçulmana. Rutte exortou a “*ir-se da Holanda*” aos que não “*compartilham seus valores*”. Nota-se que os próprios “liberais” e socialdemocratas se apropriaram em parte do “programa” dos direitistas. Eis as medidas de ataque aos salários e direitos, fechamento das fronteiras aos imigrantes, perseguição e restrição aos direitos políticos e democráticos das minorias, agravamento do Estado policial, etc.

Tais tendências internas se manifestam, no campo da política exterior, como agravamento dos choques nacionais, guerra comercial e tendências intervencionistas. O Brexit é, nesse sentido, um claro sintoma das tendências desagregadoras impulsionada pelas divisões interburguesas. Recentemente, a expulsão da Holanda de um alto funcionário de um governo aliado e membro fundamental da OTAN, a Turquia, por “indesejável” e a resposta do governo turco de romper relações diplomáticas, assinalando que a Europa enfrenta “novas

guerras santas”, indica até que ponto as tendências aos choques interburgueses têm se acirrado no continente europeu.

A desagregação das relações políticas mundiais e o aprofundamento dos choques sociais internos, de conjunto, favorecem as tendências nacional-chauvinistas no seio da burguesia e ampliam os pontos de apoio social dos partidos xenófobos e fascizantes como o PVV, Frente Nacional e AfD. De maneira que a conjuntural derrota do PVV não significa necessariamente a queda dos partidos direitistas em outras eleições-chaves, como as da França, em abril, onde a direitista Frente Nacional está colocada para disputar o segundo turno; ou, na Alemanha, em setembro, onde o partido fascizante Alternativa para Alemanha (AfD) poderá conquistar suas primeiras cadeiras no Bundestag (Parlamento Alemão).

Evidentemente, trata-se de um prognóstico que não progride em forma linear. O fato é que a queda da socialdemocracia europeia e a dos socialistas apresenta, de conjunto, um quadro que demonstra até que ponto os alicerces democrático-burgueses têm se decomposto, em razão das tendências desagregadoras do capitalismo mundial.



Assimilando o leninismo

Lênin estrategista

No Jornal Massas 537, iniciamos a exposição das formulações de Lênin do período da Revolução de Fevereiro à Revolução de Outubro de 1917 em torno da estratégia da revolução proletária. Mostramos que o “Projeto de Teses”, 4 (17) de março de 1917,

indicou a mudança de Lênin quanto às respostas a serem dadas ao processo revolucionário na Rússia.

Neste Massas, publicaremos uma carta de Lênin ao Comitê Central do Partido Bolchevique. Em julho, a crise revolucionária se agrava devido ao fato do Governo Provisório manter a Rússia na guerra imperialista e enviar novos contingentes de soldados para a frente de combate. As baixas aumentaram, a fome e a miséria se espalharam ainda mais. No dia 3 de julho, ocorreu uma manifestação de operários e soldados nas ruas de Petrogrado. A bandeira de todo o poder aos soviets tremulou em meio à massa de revoltosos. Em sua vanguarda, estavam os bolcheviques.

Amadureciam rapidamente as condições para a insurreição e a tomada do poder. Apesar da frota do Báltico estar disposta a seguir a orientação da tomada do poder, o partido bolchevique ainda não estava em condições de dirigir o levante até às últimas consequências. O governo de Kerenski se viu na necessidade de reprimir brutalmente. A ação policial foi dirigida contra o partido bolchevique. Seus locais foram saqueados. A redação do Pravda foi destruída. Dirigentes bolcheviques presos, entre eles Trotsky e Kamenev. Lênin, em particular, passou a ser caçado. A reação espalhou por toda parte que Lênin era um traidor da pátria, que havia se colocado a serviço da Alemanha. O Comitê Central do partido decidiu que deveria ir para a mais absoluta clandestinidade. Lênin se refugiou na fronteira com a Finlândia, o mais próximo possível de Petrogrado. Por um tempo, viveu disfarçado como ceifeiro. Manteve o contato

Não há saída à crise e à desintegração capitalista e de sua democracia, em cujo seio crescem as tendências fascizantes da burguesia monopolista e de setores da classe média, que a de enfrentar a desagregação capitalista com um programa que de fato defenda a vida das massas e organizá-las em uma Frente Única. O que exige romper com a conciliação de classes e combater os monopólios no campo da luta de classes com o programa da revolução e ditadura proletárias.

A tarefa colocada à vanguarda é a de se constituir no seio dos movimentos, que necessariamente terá de enfrentar os governos, os monopólios e a ofensiva contra suas condições de vida, e forjar seu partido marxista-leninista-trotskista. O proletariado europeu conta com as experiências, as tradições e o programa dos bolcheviques, que há 100 anos indicaram qual a via da salvação da técnica, da cultura e da vida da humanidade da barbárie social: iniciar a transição do capitalismo ao socialismo pela via da expropriação e transformação da propriedade privada dos meios de produção monopolistas em propriedade social, coletiva.

com o Comitê Central, que também estava na clandestinidade, por meio de Ordzhonikidz, principalmente. Kerenski assumiu a forma do governo ditatorial, abertamente contrarrevolucionário, formou um novo ministério com a ala mais à direita dos socialistas revolucionários. Restabeleceu a pena de morte e os tribunais de exceção. Em agosto, a crise chegou ao extremo. O general Kornilov, no dia 25 de agosto, lançou sobre Petrogrado uma divisão de soldados. Kerenski se mostrou incapaz de reagir, uma vez que estava comprometido de fato com a contrarrevolução. A vitória de Kornilov sobre os soviets de Petrogrado concluiria num golpe de Estado. É nesta circunstância que Lênin expõe a tática do proletariado para derrotar a contrarrevolução e avançar a luta pelo poder.

Lênin ainda na clandestinidade escreveu uma carta ao Comitê Central em que mais uma vez evidencia a necessidade de combater as vacilações de parcela dos bolcheviques.

Traduzimos abaixo a carta de 30 de agosto (12 de setembro) de 1917, que evidencia Lênin como estrategista da revolução. Nela, encontramos a relação entre a tática e a estratégia. Traz ensinamentos extraordinários para a construção do partido revolucionário em nossos dias.

Ao Comitê Central do POSDR

É possível que estas linhas cheguem com atraso, pois os acontecimentos se desenvolvem às vezes com uma velocidade vertiginosa. Escrevo isto na quarta-feira de 30 de agosto; os destinatários lerão não antes de sexta-feira de 2 de setembro; mas, apesar disso, entendo que é meu dever escrever o seguinte:

A rebelião de Kornilov é uma inesperada virada nos acontecimentos (inesperada pelo momento e pela forma) e incrivelmente brusca.

Como toda virada brusca, exige uma revisão e uma mudança de tática. E, como diante de toda revisão, devemos ser extraordinariamente prudentes para não violar princípios. A meu juízo, incorre em violação de princípios quem (como Volodarski) desliza até as posições do defensivo ou (como outros bolcheviques) até um bloco com os socialistas revolucionários, até o apoio ao governo provisório. Sua atitude é absolutamente equivocada, é uma falta de princípios. Tornaremos-nos defensistas somente depois que o poder passe ao proletariado, depois de propor a paz, depois que os tratados secretos e os vínculos com os bancos sejam rompidos, somente depois. Nem a queda de Riga, nem a queda de Petrogrado nos farão defensistas (peço que isto seja dado a Volodarski para que leia). Até então estamos pela revolução proletária, estamos contra a guerra e não somos defensistas.

Não devemos apoiar o governo de Kerenski, nem mesmo agora. É uma falta de princípios. Perguntarão: não vamos lutar contra Kornilov? Certamente que sim! Mas não é o mesmo; aqui há uma linha divisória, que ultrapassam alguns bolcheviques que caem na “conciliação” e se deixam arrastar pelo curso dos acontecimentos.

Vamos lutar, lutamos contra Kornilov, exatamente como fazem as tropas de Kerenski, mas não apoiamos Kerenski. Pelo contrário, desmascaramos sua debilidade. Essa é a diferença. É uma diferença bastante sutil, mas essencial e não deve ser esquecida.

Em que consiste, pois, nossa mudança de tática depois da rebelião de Kornilov?

Consiste que mudamos a forma de nossa luta contra Kerenski. Sem afrouxar nenhum milímetro nossa hostilidade a ele, sem retirar uma só palavra dita contra ele, sem renunciar à tarefa de derrubar Kerenski, dizemos: é preciso levar em conta a situação atual. Não vamos derrubar Kerenski agora. Encaremos de outra maneira a tarefa de lutar contra ele, ou mais precisamente, mostraremos ao povo (que luta contra Kornilov) a debilidade e as vacilações de Kerenski. Isso também se fazia antes. Mas agora passa a ser o funda-

mental; nisto consiste a mudança.

Além disso, a mudança consiste em que o fundamental passa a ser agora intensificar nossa campanha em favor do que poderíamos chamar “exigências parciais”, que devem colocar-se a Kerenski; prender

Miliukov, armar os operários de Petrogrado, chamar as tropas de Kronstadt, de Viborg e de Helsingfors a Petrogrado, dissolver a Duma, prender Rodzianko, legalizar a entrega das terras dos latifundiários aos camponeses, implantar o controle operário sobre o cereal e as fábricas, etc. Estas exigências não devemos apresentar somente a Kerenski - nem tanto a Kerenski - como também aos operários, soldados e camponeses, arrastados pelo curso da luta contra Kornilov. Devemos manter seu entusiasmo, alentá-los a que liquidem os generais e oficiais que se pronunciaram a favor de Kornilov, insistir diante deles para que exijam a entrega imediata

da terra aos camponeses, sugerir a eles a necessidade de prender Rodzianko e Miliukov, de dissolver a Duma, fechar Riech e outros jornais burgueses e iniciar uma investigação contra eles. Os socialistas revolucionários de esquerda são aqueles a quem mais é preciso em-

purrrar nesta direção.

Seria incorreto pensar que nos afastamos da tarefa da conquista do poder pelo proletariado. Não! Aproximamos-nos muito dela, mas não em forma direta, mas pela lateral. É preciso fazer agitação neste instante, não tanto diretamente contra Kerenski, mas indiretamente contra ele, a saber: exigindo uma guerra ativa, cada vez mais ativa, autenticamente revolucionária contra Kornilov. O desenvolvimento desta guerra é o único caminho que pode nos conduzir ao poder, mas em nossa propaganda há que falar pouco sobre isso (muito bem recordando que amanhã mesmo os acontecimentos podem colocar o poder em nossas mãos e então não renunciaremos a ele). Parece-me que deveríamos comunicar isto em uma carta (não nos jornais) aos propagandistas, aos grupos de agitadores e propagandistas, e aos membros do partido em geral. É preciso lutar implacavelmente contra as frases em torno da defesa do país, em torno da frente única dos democratas revolucionários, em torno do apoio ao governo provisório, etc., uma vez que não são frases vazias. Devemos dizer: agora é o momento de trabalhar; vocês, senhores socialistas revolucionários e mencheviques, faz tempo que desgastaram essas frases. Agora é o momento de trabalhar; a guerra contra Kornilov deve ser levada a cabo de maneira revolucionária, atraindo as massas, levantando-as, inflamando-as (Kerenski teme as massas, teme o povo). Na guerra contra os alemães, precisamente agora, é necessário trabalhar; é preciso propor a paz imediata e absoluta sobre a base de condições precisas. Se fizermos isto, poderemos conseguir, seja uma paz imediata, seja transformar a guerra em guerra revolucionária; se não se faz isto, todos os mencheviques e socialistas revolucionários continuarão sendo lacaios do imperialismo.

Lênin

(Extraído das Obras Completas, Lênin, tomo XXVI)

